

CLÓVIS MOURA

QUILOMBOS

resistência
ao escravismo



EdUESPI

QUILOMBOS

resistência
ao escravismo

Clóvis Moura

QUILOMBOS
resistência
ao escravismo



EdUESPI



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ - UESPI

Evandro Alberto de Sousa
Reitor

Rosineide Candeia de Araújo
Vice-Reitora

Nayana Pinheiro Machado de Freitas Coelho
Pró-Reitora de Ensino de Graduação

Gustavo Oliveira de Meira Gusmão
Pró-Reitor Adj. de Ensino de Graduação

Ailma do Nascimento Silva
Pró-Reitora de Pesquisa e Pós-Graduação

Pedro Antônio Soares Júnior
Pró-Reitor de Administração

Geraldo Eduardo da Luz Júnior
Pró-Reitora Adj. de Administração

Raimundo Isídio de Sousa
Pró-Reitor de Planejamento e Finanças

Joseane de Carvalho Leão
Pró-Reitora Adj. de Planejamento e Finanças

Eliene Maria Viana de Figueirêdo Pierote
Pró-Reitora de Extensão, Assuntos Estudantis e Comunitários

Marcelo de Sousa Neto
Editor da Universidade Estadual do Piauí

Universidade Estadual do Piauí
Rua João Cabral, 2231 • Bairro Pirajá • Teresina-PI
Todos os Direitos Reservados



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ - UESPI



José Wellington Barroso de Araújo Dias **Governador do Estado**
Maria Regina Sousa **Vice-governadora do Estado**
Evandro Alberto de Sousa **Reitor**
Rosineide Candeia de Araújo **Vice-Reitora**

Conselho Editorial EdUESPI

Marcelo de Sousa Neto **Presidente**
Algemira de Macedo Mendes **Universidade Estadual do Piauí**
Antonia Valtéria Melo Alvarenga **Academia de Ciências do Piauí**
Antonio Luiz Martins Maia Filho **Universidade Estadual do Piauí**
Fábio José Vieira **Universidade Estadual do Piauí**
Hermógenes Almeida de Santana Junior **Universidade Estadual do Piauí**
Josélia de Carvalho Leão **Universidade Estadual do Piauí**
Laécio Santos Cavalcante **Universidade Estadual do Piauí**
Orlando Maurício de Carvalho Berti **Universidade Estadual do Piauí**
Paula Guerra Tavares **Universidade do Porto - Portugal**
Pedro Vilarinho Castelo Branco **Universidade Federal do Piauí**
Raimunda Maria da Cunha Ribeiro **Universidade Estadual do Piauí**
Teresinha de Jesus Mesquita Queiroz **Academia Piauiense de Letras**

Marcelo de Sousa Neto **Editor**
Wellington Silva **Diagramação**
Wellington Silva **Capa**
Editora e Gráfica UESPI **E-book**

M929Q Moura, Clóvis.
Quilombos: resistência ao escravismo / Clóvis Moura. – 5ª ed. -
Teresina : EdUESPI, 2021.

E-book.

ISBN: 978-65-88108-22-2

1. Escravidão – Brasil. 2. Quilombos – Brasil – História. 3. Negro –
Brasil – História. I. Título.

CDD: 981.04

Ficha Catalográfica elaborada pelo Serviço de Catalogação da Universidade Estadual do Piauí - UESPI
Grasielly Muniz Oliveira (Bibliotecária) CRB 3/1067

Editora da Universidade Estadual do Piauí - EdUESPI
UESPI (*Campus Poeta Torquato Neto*)
Rua João Cabral, 2231 • Bairro Pirajá • Teresina-PI
Todos os Direitos Reservados

PAI, POETA E PIAUIENSE

Por Soraya Moura

*“Tudo ficou: planície, rio, cal
Coagulado dentro de mim
Pedaço de sangue da memória levando o poeta
Para o fundo da infância que se espatifou
de encontro à vida.”*
(Clovis Moura. *Espantalho na Feira*, 1961)

A publicação da presente obra pela Editora da Universidade Estadual do Piauí tem um duplo significado especial que vai além da divulgação de seu pensamento como sociólogo, historiador e estudioso das questões raciais no Brasil.

Clóvis Moura, com um especial carinho pelos jovens, possuía um enorme prazer em conversar, sugerir leituras, discutir ideias, polemizar, abrir caminhos de pensamento e ouvir muito. Era rotineiro encontrar uma “meninada”, como ele dizia, em seu gabinete de trabalho discutindo ideias. Nestes encontros, ficava patente o seu prazer em ouvir o que a juventude pensava e isso permaneceu durante toda a sua vida.

Essa era uma característica do intelectual generoso que afirmava que ao dividir seu conhecimento também aprendia a

cada conversa, e, por isso, recebia em sua casa com o mesmo entusiasmo tanto o jovem estudante ou militante, quanto o intelectual de renome. De certa forma, sua personalidade, sua posição política e seu engajamento nas questões sociais faz com que hoje seu legado permaneça vivo. Moura está presente não apenas nas citações bibliográficas e nas estantes de bibliotecas, mas na descoberta de vários jovens, principalmente, jovens negros que por meio do contato com seu pensamento mudaram sua forma de enxergar o mundo e seu papel na sociedade.

Homem de múltiplas facetas, além de sua produção como sociólogo e historiador, meu pai dedicava grande parte de seu talento a poesia, crônicas e peças de teatro, momento em que o Piauí se desnudava no conjunto de suas memórias. Seu nascimento e infância em Amarante, estiveram sempre presentes em suas lembranças, contadas nas rodas de conversa e recordada em suas poesias e crônicas. Moura dedica muitos poemas para homenagear sua terra natal o que torna impossível dissociar sua obra literária à terra onde nasceu. As poesias de Moura são compiladas nos livros: Espantalho na feira (1961), Argila da memória (1964), Âncora do Planalto (1964), Manequins Corcundas (1977), Flauta de Argila (1992) e Bahia de todos os homens (1997) e o póstumo, Duelos com o Infinito (2004).

Em 1962, dedicou o livro de poesias “Argila da Memória” à cidade que marcaria suas memórias por toda a vida. Nessa obra, assim, apresentava sua rapsódia:

“(...) Quem supuser que aqui os dilemas da angústia do poeta vão à feira como mercadoria vendida para as lobas, não ouça, não. É a estória de um rio e de uma cidade. De um rio que se engasga de lama e barro, toá, remansos, escuridão maior de anus na chuva e benditos encomendando mortos afogados.”

Dedicou muitos poemas registrando a forte presença do Rio Parnaíba em suas lembranças:

*“Havia o rio e o Seu Quincas que dizia, numa voz que quase ninguém entendia:
- menino, olha o rio. (...)”*

Relembrava ser filho de pai negro com mãe alemã, e brincava, “minha mãe laçou meu pai na senzala”. Nascido prematuro, aos seis meses de gestação, ocupando uma caixa de sapatos, contava que recebera a extrema-unção, mas que sobrevivera por trazer nas veias o sangue da teimosia e da rebeldia.

Homem múltiplo, fiel as suas convicções, poeta sensível e intransigente contra toda forma de preconceito, objetivou transformar a vida das pessoas e estar presente para seus camaradas, jovens, comunidade negra e movimentos sociais. Acredito ter sido este o objetivo final de todo o seu esforço intelectual e militância política. Enfim, seu legado está onde ele sempre quis que estivesse.

Clóvis Moura é um dos grandes piauienses imortalizado pela UESPI. Seu desejo era que suas cinzas fossem depositadas no Rio Parnaíba. Sua vontade foi cumprida, e hoje ele viaja nas águas do rio da sua infância.

APRESENTAÇÃO

É com enorme satisfação que apresentamos a 5ª edição de *Quilombos – resistência ao escravismo*. O livro foi publicado pela primeira vez em 1987, em um contexto de boom efetivo do mercado de livros paradidáticos ao mesmo tempo em que movimentos sociais de diversas naturezas vinham a público reivindicar novos objetos de pesquisa. A obra de referência de Clóvis Moura, *Rebeliões da Senzala: quilombos, insurreições e guerrilhas*, ganhava também sua quarta edição. Convém salientar que, por ocasião das comemorações do Centenário da Abolição (1988) uma série de iniciativas governamentais se originou em comemoração ao evento, na medida em que os historiadores aproveitam a ocasião para divulgar uma nova historiografia, com ênfase nos escravizados como sujeitos de sua própria história. Assim, *Quilombos – resistência ao escravismo* traz consigo a responsabilidade histórica do contexto em que nasce. Um contexto em que a voz e as demandas dos movimentos negros atingiram a educação, a política e a narrativa histórica.

O pensamento de Clóvis Moura contribuiu, de forma crítica, para a reconstrução simbólica do negro como sujeito político em torno da práxis negra. Sua obra é de grande importância para se compreender a história da população negra no Brasil a partir da perspectiva da luta, da resistência e do protagonismo.

Em *Quilombos – resistência ao escravismo*, Clóvis Moura analisa as especificidades do escravismo brasileiro utilizando como base teórica pressupostos marxistas. O autor explica a realidade social do Brasil a partir das condições materiais e das relações de classe. Deste modo, senhores e escravizados criavam a contradição básica que permeou todo o período escravista. Ao jogar luz sobre os quilombos como forma contínua de protesto contra a escravidão, Clóvis Moura contraria a ideia que durante muito tempo nos foi apresentada: de que não houve resistência significativa dos escravizados contra o sistema que os oprimia. Ao apresentar os quilombos em suas dimensões históricas, sociais, nacionais e internacionais, o autor desconstrói a tese de passividade da população escravizada, sendo o quilombo a unidade básica de negação radical do sistema escravista. Sua abrangência e continuidade histórica o transforma em uma reação constante e organizada de luta e combate a uma forma de trabalho contra a qual se voltava o próprio sujeito que a sustentava.

A leitura de *Quilombos – resistência ao escravismo* nos faz, portanto, ter contato com a história do negro no Brasil sob a perspectiva da potência, da luta, da resistência e não somente da violência e da tragédia. Transforma a população escravizada como sujeitos de sua história sem, contudo, desconsiderar os horrores da escravidão.

A reedição do livro reposiciona o público leitor quanto ao lugar ocupado pela educação no pensamento e na obra de Clóvis Moura. Se no livro *As injustiças de Clio*, o autor analisou e explicitou as características de uma produção historiográfica realizada pelos intelectuais orgânicos do escravismo, que ainda hoje reverberam no ensino de história, através de livros paradidáticos como *Os quilombos e a rebelião negra (1981)*, *Quilombos – resistência ao escravismo (1987)* e *História do negro brasileiro (1992)*, Clóvis Moura projetou para o âmbito do público leitor escolar, suas consagradas teses sobre a formação histórica da sociedade brasileira que têm na cultura afro-brasileira de resistência o fator de dinamismo primordial. Nesse sentido, a publicação pode ser considerada como parte dos esforços de

educadores/as, professores/as, militantes e intelectuais negros/as que ao longo do século XX empenharam-se no propósito de reformular o ensino de história e cultura africana e afro-brasileira em bases antirracistas. Agora, dezoito anos após a publicação da lei 10.639/2003, o mesmo livro ressurge como imprescindível recurso didático para a sua implementação.

A 5ª edição de *Quilombos – resistência ao escravismo* está em sincronia com as lutas contemporâneas das comunidades quilombolas nas quais a educação ocupa cada vez mais espaço, seja em suas formas institucionalizadas de que é são expressões as Diretrizes Nacionais para Educação Escolar Quilombola (Resolução 08, 20 de novembro de 2012 do Conselho Nacional de Educação); seja no plano das reivindicações, tal qual está registrada na “Carta da I Jornada Nacional Virtual de Educação Quilombola: Educação Quilombola: Territorialidades, Saberes e as Lutas por Direitos” (04 de dezembro de 2020), evento liderado pela Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ).

Certamente, em escolas, institutos e universidades haverá uma afetuosa afro-acolhida desta reedição de *Quilombos – resistência ao escravismo*. Nestes espaços, o combativo contingente formado por intelectuais, professorxs, jovens pesquisadorxs e militantes negrxs: aquilombam-se em NEABs (Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros), NEABIs (Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas) ou em grupos correlatos; encontram-se anualmente nos COPENEs (Congressos Brasileiros de Pesquisadorxs Negrxs); agregam-se e participam do CONNEABs (Consórcio Nacional de NEABs, NEABIs). É o caso, por exemplo, de docentes e estudantes vinculados ao NEPA (Núcleo de Estudos e Pesquisas Afro da Universidade Estadual do Piauí). Todas essas instâncias juntas compõem uma potente rede dedicada ao ensino, pesquisa e extensão estruturada na luta antirracista e na produção científica negra que dão vitalidade e fortalecem a ABPN (Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as).

Por meio da Editora da UESPI, a Universidade Estadual do Piauí, que em 2005 denominou Campus Clóvis Moura o seu

campus localizado no Bairro Dirceu Arcoverde, em Teresina, ao reapresentar ao grande público essa importante produção paradidática, presta mais uma justa homenagem à Clóvis Moura, um dos cânones da intelectualidade negra brasileira.

Boa leitura!

Cleber Santos Vieira¹
Suzane Jardim Malanga²

-
- 1 Professor da Universidade Federal de São Paulo. Presidente da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as.
 - 2 Professora na Secretaria de Educação do Estado de São Paulo. Mestre em Ensino de História pela Universidade Federal de São Paulo. Autora de: “Quilombos e quilombagem no ensino de história: estudo sobre a contribuição paradidática de Clóvis Moura”, dissertação de mestrado realizada no Programa de Mestrado Profissional em Ensino de História da Unifesp.



SUMÁRIO

1. ESCRAVOS, SENHORES E QUILOMBOLAS ...	17
Proporções da <i>diáspora negra</i> no Brasil.....	18
Distribuição dos escravos no Brasil.....	19
Contradições fundamentais do escravismo	21
2. O QUE ERAM OS QUILOMBOS.....	23
Presença nacional do quilombo.....	25
Expansão geográfica da quilombagem	25
Banditismo quilombola.....	26
“Eram como uma praga e sem remédio...”	27
Espalha-se a quilombagem	29
Negro quilombola era ferrado como boi	30
A tragédia de Isidoro, “O Mártir”	32
3. A SUBLEVAÇÃO QUILOMBOLA CONTRA O APARELHO REPRESSOR.....	35
Alianças dos quilombos	36
Desenvolvimento interno dos quilombos.....	36
Continuidade histórica do quilombo	38
No Rio Grande do Sul também... ..	39
Quilombos no Nordeste	40

4. COMO SE ORGANIZAM OS QUILOMBOS.....	43
Organização política dos quilombos	45
Quilombos e resistência social	47
5. PALMARES: REPÚBLICA DE	
HOMENS LIVRES	49
Terras férteis e inacessíveis.....	51
Cresce o “perigo de portas adentro”.....	53
Língua e composição étnica de Palmares.....	54
Economia de abundância.....	57
Economia de confronto	59
Um conjunto de quilombos transforma-se em república	61
Palmares militariza-se.....	62
Direito e costumes na república de Palmares.....	63
Poliandria e poligamia	64
Religião sem casta sacerdotal.....	67
Epílogo de sangue.....	70
6. ARTICULAÇÃO INTERNACIONAL DA	
QUILOMBAGEM	73
Ah! O perigo de São Domingos!	76
Conexão em Sergipe.....	80
União dos quilombolas com os <i>marrons</i> das Guianas.....	84
Utopia de quilombolas e marginalizados	89
Quilombolas, colonos e mascates.....	89
Colonos: aliados dos comunistas e dos quilombolas	93
Marinheiros americanos embarcam quilombolas.....	95
7. VOCABULÁRIO CRÍTICO	97
8. BIBLIOGRAFIA COMENTADA.....	99

1

ESCRAVOS, SENHORES E QUILOMBOLAS

[Os quilombos] eram uma praga espalhada por todos os cantos e sem remédio. Eram como irmãos, coligados todos em se tratando de defender o sertão, de sorte que não pudessem penetrar nem mais aventureiros nem descobridores.

F. Borges de Barros

O escravismo no Brasil tem particularidades substantivas em relação aos demais países ou regiões da América. Ele percorre um périplo de tempo de quase quatrocentos anos, espraia-se na superfície de um subcontinente e mantém sua estrutura em todo esse imenso território durante esse período. Por outro lado, a quantidade de africanos importados até 1850 mostra como a sociedade escravista conseguiu estabilizar-se e desenvolver-se em decorrência da injeção demográfica permanente que vinha de fora. Ao contrário de outras regiões da América do Sul, como Peru e Colômbia, onde o escravo negro ficou circunscrito a área determinada, regionalizando-se o sistema escravista, aqui fincou pé a escravidão em toda extensão territorial do que hoje constitui a nação brasileira, marcando a existência de um modo de produção específico, no caso particular, o escravismo moderno.

Por outro lado, não apenas a grande quantidade de escravos importados, mas a continuidade dessa importação conseguiram manter por tempo tão longo o sistema, através de mecanismos reguladores que permitam substituir o escravo morto ou inutilizado por outro importado, sem que isso desequilibrasse o custo de produção de mercadorias por aquele produzidas. Pelo contrário. Se os senhores de escravos assim procediam, era porque sabiam que uma *peça* comprada e produzindo durante sete anos (a média de vida útil do escravo) daria lucro suficiente para descartá-la após esse período e substituí-la por outra, que iria reproduzir o mesmo ciclo de trabalho, em iguais condições e proporções.

O número exato de negros entrados no Brasil durante todo o período escravista não está definitivamente esclarecido e não acreditamos, mesmo, que isso venha a acontecer. Não apenas pelas deficiências das estatísticas, mas, especialmente, pela existência do contrabando negro, fato que levava a se ter uma visão minimizada das reais proporções dessa população.

Vejamos a dinâmica demográfica produzida com o desembarque sucessivo de africanos escravos no Brasil. No ano de 1583, as estimativas davam à Colônia uma população de cerca de 57 000 habitantes. Desse total, 25 000 eram brancos; 18 000, índios e 14 000, negros. Segundo cálculos de Santa Apolônia, para uma população de 3 250 000 habitantes em 1798, havia um total de 1 582 000 escravos, dos quais 221 000 eram pardos e 1 361 000, negros, sem contarmos os negros libertos que ascendiam a 406 000. Para o biênio 1817-1818, as estimativas de Veloso davam, para um total de 3 817 000 habitantes, a cifra de 1 930 000 escravos, dos quais 202 000 eram pardos e 1 361 000, negros. Havia, também, uma população de negros e pardos livres que chegava a 585 000.

Proporções da *diáspora negra* no Brasil

Há quem estime em 50 000 o número de negros importados anualmente. Foi quando o escravo negro passou a ser chamado de “pés e mãos dos senhores” e Angola, de “nervo

das fábricas do Brasil”. O historiador Afonso de Taunay teve oportunidade de analisar criticamente as principais fontes dos historiadores que se ocuparam do tráfico. Rocha Pombo estima em 15 000 000 o número de negros entrados pelos diversos portos, número que Tauany acha exageradíssimo. Renato Mendonça calcula em 4 830 000 o seu total. Calógeras, por seu turno, afirma que, no século XVIII, auge da importação de escravos, a média chegou a 55 000, entrados anualmente.

Há, portanto, muitas dúvidas quanto ao total de africanos trazidos durante a *diáspora negra* para o Brasil.

Por outro lado, podemos dizer que, na América, o Brasil foi o país que teve a maior percentagem de escravos desembarcados. Segundo Décio Freitas, importamos perto de 40% do total de 9 500 000 negros (segundo as suas estimativas) transportados para o Novo Mundo. Seis vezes mais do que os desembarcados nos Estados Unidos (6%) e bem mais do dobro dos que foram para a América espanhola (18%), para o Caribe inglês (17%) e para o Caribe francês (17%).

Essa massa escrava, por outro lado, não ficou apenas concentrada em uma única região. Foi distribuída nacionalmente, em proporções variadas, mas conseguiu estabelecer, no Brasil, uma sociedade escravista que durou quase quatrocentos anos. O trabalho escravo modelou a sociedade brasileira durante esse período, deu-lhe o *ethos* dominante, estabeleceu as relações de produção fundamentais na estrutura dessa sociedade e direcionou o tipo de desenvolvimento subsequente de instituições, de grupos e de classes, após a Abolição.

Para termos uma noção de como o escravismo se estruturou nacionalmente, vejamos a distribuição da população escrava em todo o território nacional.

Distribuição dos escravos no Brasil

Para Skidmore, todas as regiões geográficas importantes tinham uma percentagem significativa de escravos entre a sua população total. Em 1819, conforme estimativa oficial, nenhuma região tinha menos de 27% de escravos em sua

população. Quando a campanha abolicionista começou, os escravos estavam concentrados em números absolutos nas três províncias cafeeiras mais importantes: São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro. Em 1872, quando os escravos constituíam 15,2% da população do País, nenhuma região tinha menos de 7,8% de habitantes escravos e a taxa mais alta era de apenas 19,5%. A escravidão, conclui Skidmore, “tinha se espalhado num grau notavelmente similar em cada região do País”.

Foi exatamente essa uniformidade da presença do escravo nas diversas regiões do Brasil que proporcionou a continuidade da escravidão, sua duração e a formação, em decorrência, de um modo de produção escravista entre nós. Isso porque esses escravos foram distribuídos de acordo com os interesses da economia colonial, na medida em que se desenvolviam as economias regionais, subordinadas às necessidades do mercado externo. Segundo Artur Ramos, a população negra-escrava foi distribuída da seguinte maneira:

- 1) Bahia (com irradiação para Sergipe), de onde os negros escravos foram distribuídos para os campos e plantações de cana-de-açúcar, de fumo e de cacau, para os serviços domésticos urbanos e, posteriormente, para os serviços de mineração na zona diamantina;
- 2) Rio de Janeiro e São Paulo, onde os negros foram encaminhados para os trabalhos das fazendas açucareiras e cafeeiras da baixada fluminense e para os serviços urbanos;
- 3) Pernambuco, Alagoas e Paraíba, focos de onde irradiou uma enorme atividade nas plantações de cana-de-açúcar e de algodão do nordeste;
- 4) Maranhão (com irradiação para o Pará), foco onde predominou a cultura de algodão;
- 5) Minas Gerais (com irradiação para Mato Grosso e Goiás), com o trabalho escravo voltado para mineração, durante o século XVIII.

Como vemos, de um lado, a relevância numérica de escravos no Brasil e, de outro, sua distribuição abrangente,

atingindo todo o território nacional, determinaram a especialidade do escravismo brasileiro em relação aos Estados Unidos.

Contradições fundamentais do escravismo

Daí podemos ver que a estratificação dessa sociedade, na qual as duas classes fundamentais – senhores e escravos – se chocavam, era criada pela contradição básica que determinava os níveis de conflitos. Em outras palavras, a classe dos escravos (oprimida) e a dos senhores de escravos (opressora dominante) produziam a contradição fundamental. Essa realidade gerava a sua dinâmica nos seus níveis mais expressivos. Dessa forma, os escravos negros, para resistirem à situação de oprimidos em que se encontravam, criaram várias formas de resistência, a fim de se salvaguardarem social e mesmo biologicamente, do regime que os oprimia.

Recorreram, por isso, a diversificadas formas de resistência, como guerrilhas, insurreições urbanas e quilombos. É dessa última forma de resistência social que iremos nos ocupar. Ela representa uma forma contínua de os escravos protestarem contra o escravismo. configura uma manifestação de luta de classe, para usarmos a expressão já universalmente reconhecida.

Em cima dessa contradição, os senhores criaram uma estratégia de dominação, que se cristalizou no racismo, ao afirmarem que os escravos, por serem negros, eram inferiores, e, por serem inferiores, eram passíveis de serem escravizados. Assim como na escravidão clássica os escravos eram chamados de *bárbaros*, e com isso justificava-se a sua escravização, a escravidão moderna, pelo fato de os escravos serem índios, inicialmente, e, depois, negros, povos divergentes dos padrões estéticos europeus dominantes, a mesma estratégia justificadora foi empregada.

O QUE ERAM OS QUILOMBOS

Quilombo era, segunda definição do rei de Portugal, em resposta à consulta do Conselho Ultramarino, datada de 2 de dezembro de 1740, “toda habitação de negros fugidos que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados nem se achem pilões neles”. Dessa forma, no Brasil, como em outras partes da América onde existiu o escravismo moderno, esses ajuntamentos proliferaram como sinal de protesto do negro escravo às condições desumanas e alienadas a que estavam sujeitos.

Na Colômbia, Cuba, Haiti, Jamaica, Peru, Guianas, finalmente onde quer que a escravidão existisse, o negro *marron*, o quilombola, portanto, aparecia como sinal de rebeldia permanente contra o sistema que o escravizava. Em Cuba, eram os *palenques*, muitos deles famosos. Às vezes – escreve Fernando Ortiz –,

Os escravos fugitivos reuniam-se em locais ocultos, montanhosos e de difícil acesso, com o objetivo de se fazerem fortes e viverem livres e independentes, conseguindo, em alguns casos, o estabelecimento de culturas à maneira africana e construir até colônias quando conseguiam unir-se a algumas negras forras *cimarrones*, o que era frequente. Os escravos, em tal estado de rebeldia, diziam-se *apalencados* e os seus retiros, *palenques*.

No Haiti, o mesmo se verificou. Ligados ao culto vodu, os escravos negros daquela área da ilha de São Domingos transformam os núcleos de negros refugiados nas florestas no fermento mais importante das forças que iriam conquistar a sua independência. Desde a primeira de Makantal, em 1758, até a libertação do país, em 1804, os negros rebeldes são o contingente social e militar mais importante dessa luta. A mesma coisa verifica-se na Venezuela, embora em proporções muito menores. O movimento do Coro, em 1795, é liderado, ou pelo menos fortemente influenciado, pela parcela de escravos rebeldes daquele país.

Na Colômbia, há uma sucessão de *palenques*, dentre os quais o mais famoso e conhecido é o *San Basílio*, no século XVII, liderado por Domingo Bioho, que se proclamou *Rey Benkos*. Nos Estados Unidos, Haptaker fez um inventário minucioso das revoltas naquele país. Ainda no México colonial e nas Guianas, o mesmo fato pode ser registrado, sendo que na Guiana Francesa, um conjunto de quilombos, os “Busch Negroes” até hoje sobrevive. No Panamá, temos o exemplo de Bayano, líder de um quilombo agressivo, que colocou em pânico as autoridades coloniais espanholas até que ele foi capturado, morrendo em uma masmorra na Espanha.

Essas comunidades de ex-escravos organizavam-se de diversas formas e tinham proporções e duração muito diferentes. Havia os pequenos quilombos, compostos de oito homens ou pouco mais; eram praticamente grupos armados. No recesso das matas, fugindo do cativeiro, muitas vezes eram recapturados pelos profissionais de caça aos fugitivos. Criou-se para isso uma profissão específica. Em Cuba, chamavam-se *ranchedores*; *capitães-do-mato*, no Brasil; *coromangee ranger* nas Guianas, todos usando as táticas mais desumanas e captura e repressão. Em Cuba, por exemplo, os *ranchedores* tinham por costume o uso de cães amestrados na caça aos escravos negros fugidos. Como podemos ver, a *marronagem* nos outros países ou a quilombagem no Brasil eram frutos das contradições estruturais do sistema escravista e refletiam, na sua dinâmica,

em nível de conflitos social, a negação desse sistema por parte dos oprimidos.

Presença nacional do quilombo

No Brasil, o quilombo marcou sua presença durante todo o período escravista e existiu praticamente em toda a extensão do território nacional. À medida que o escravismo aparecia e se espraiava nacionalmente, a sua negação também surgiu como sintoma da antinomia básica desse tipo de sociedade.

Está havendo uma revisão na história social do Brasil, particularmente no que diz respeito à importância dos quilombos na dinâmica da sociedade brasileira. Por isso, eles manifestam-se nacionalmente como afirmação de luta contra o escravismo e as condições em que os escravos viviam pessoalmente. Saber até que ponto esse protesto, essa posição de resistência individual ou grupal correspondia à possibilidade de um projeto de nova ordenação social é outra discussão. O fato é que, no Brasil, como nos demais países nos quais o escravismo moderno existiu, a revolta do negro escravo se manifestou. Devemos dizer, para se ter uma ótica acertada do nível de resistência dos escravos, que a quilombagem foi apenas uma das formas de resistência. Outras, como o assassinio dos senhores, dos feitores, dos capitães-do-mato, o suicídio, as fugas individuais, as guerrilhas e as insurreições urbanas se alastravam por todo o período. Mas o quilombo foi a unidade básica de resistência do escravo.

Expansão geográfica da quilombagem

Em Minas Gerais, Rio de Janeiro, Mato Grosso, Goiás, Pará, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Maranhão, Rio Grande do Sul, São Paulo, e, conforme já dissemos, onde quer que o trabalho escravo se estratificasse surgia o quilombo ou mocambo de negros fugidos, oferecendo resistência, lutando, desgastando em diversos níveis as forças produtivas escravistas, quer pela sua ação militar, quer pelo rapto de escravos das fazendas, fato que

constitui, do ponto de vista econômico, subtração compulsória das forças produtivas da classe senhorial. Dessa forma, se o aquilombamento não tinha um projeto de nova ordenação social, capaz de substituir o escravismo, em contrapartida, tinha potencial e dinamismo capazes de desgastá-lo e criar elementos de crise permanente em sua estrutura.

Por isso mesmo, onde existia a escravidão, existia o negro aquilombado. Édison Carneiro, estudando as formas de luta dos escravos brasileiros, caracteriza-as da seguinte maneira: a) a revolta organizada, pela tomada do poder político, que encontrou sua expressão mais visível nos levantes dos negros malês (muçulmanos) na Bahia, entre 1807 e 1835; b) a insurreição armada, especialmente no caso de Manuel Balaio (1839) no Maranhão; c) a fuga para o mato, de resultaram os quilombos, tão bem exemplificados por Palmares. De fato, essas três formas fundamentais de luta caracterizam, de modo geral, os movimentos rebeldes dos escravos, a quilombagem no Brasil. Devemos nos lembrar, porém, para que a visão não fique incompleta, de outras formas de luta usadas pelos escravos: a) as guerrilhas; b) a participação do escravo em movimentos que, embora não sendo seus, adquirirão novo conteúdo com sua participação. Finalmente, devemos acrescentar o banditismo quilombola.

Banditismo quilombola

Em casos extremos, o quilombola terminava bandoleiro, como Lucas da Feira, tão conhecido na Bahia.

Segundo Nina Rodrigues, Lucas

era um negro crioulo escravo. Em 1828, ele fugiu do seu senhor e organizou, com a ajuda de alguns outros escravos fugidos, chamados Flaviano, Nicolau, Bernardino, Januário, José e Joaquim, um bando que, desde esse tempo até 1848, infestou as grandes estradas que conduzia à cidade de Feira de Santana, então simples vila. Durante vinte anos, esses bandidos cometeram crimes de toda espécie. Mantinham a pacífica população da vila presa de tal terror que,

quando em 1844 o bandido Nicolau foi morto pelos policiais que o perseguiram e sua cabeça, trazida à cidade, se celebrou o acontecimento com verdadeiras festas públicas, que foram renovadas e durante três dias quando Lucas foi aprisionado [...] Mesmo sem instrução, [Lucas] fez-se chefe do bando. Não agiu absolutamente como os negros escravos, que se suicidavam: ele tomou a ofensiva [...] Interrogado muito habilmente neste sentido, tomou todo o cuidado em não comprometer seus cúmplices. Negou todos os fatos que pudessem denunciá-lo. Premido ao extremo, acabou por declarar que não denunciaria jamais seus amigos. Sabia que seus dias estavam contados, mas jamais trairia aqueles que outrora o havia ajudado¹.

Depois de julgado, Lucas da Feira foi enforcado em 25 de setembro de 1849.

Mas, de modo geral, o quilombo não era móvel como os grupos bandoleiros que apareciam constantemente atacando nas estradas e nas fazendas.

“Eram como uma praga e sem remédio...”

Desde que a escravidão negra foi instituída no Brasil, havia *tapaiúnos* fugidos. Nas bandeiras havia negros, e muitos deles se refugiaram nas matas. As próprias bandeiras, por outro lado, se encarregaram de caçar quilombolas. Em 1723, Manuel da Costa pediu a Bartolomeu Pais que levasse, às minas de Caxipó, mercadorias e escravos pertencentes a um rico comerciante português. O bandeirante aceitou a incumbência e perdeu muito tempo nos campos de Vacaria, tentando capturar dois negros que fugiram, conseguindo finalmente o seu intento.

Outras vezes, os escravos negros (“peças de Guiné”) juntavam-se aos índios para praticarem desordens. Uma delas era a destruição da força. Várias vezes as autoridades verberaram as atividades dos “negros da terra e de Guiné”, que

¹ RODRIGUES, Nina. *As coletividades anormais*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1939. p. 152. et seqs.

repetidamente destruíram aquele instrumento de morte. Aqui, expressão *negros da terra* corresponde aos índios e de *Guiné*, aos africanos ou aos seus descendentes.

Se isso acontecia em São Paulo, nas outras capitânias o fato se repetia. Os negros fugiam para as matas e depois de praticarem desordens se aquilombavam. As Câmaras sentiam-se impotentes para combatê-los, por falta de recursos, e a Metrópole, muitas vezes, recriminava-as por não terem condições de destruir os quilombolas. No Rio de Janeiro

atacavam aos próprios senhores. Assim, em Rio Bonito, o fazendeiro José Martins da Rocha Portela foi morto por seus negros. Tentativas de morte também havia, como a que se deu com o fazendeiro Miguel Teixeira de Mendonça, de Barra Mansa, ou com o sinhô-moço filho do fazendeiro José Joaquim Machado, do local Murundu, em Campos².

Esses negros eram os que saíam dos quilombos ou aqueles que ainda a praticavam o banditismo individual ou em pequenos grupos. Após os delitos, evidentemente procuraram os quilombos para se esconder. Esses escravos cariocas criarão vários quilombos à margem do rio Paraíba, de onde incursionarão para atacar fazendas e povoados mais próximos. Juntam-se, também aí, aos índios rebelados, constituindo força capaz de atacar de surpresa os senhores de engenho e suas propriedades. Em face das atividades desses quilombolas e índios rebeldes, muitas providências serão tomadas. Grupos de capitães-do-mato são forçados e percorrerão as estradas e matas em busca de escravos fugidos ou de grupos de quilombolas.

O maior e mais conhecido de todos os quilombos do Rio de Janeiro foi o de Manuel Congo. A revolta começou na fazenda Freguesia, em 1838, de propriedade do Capitão-mor Manuel Francisco Xavier. Liderados por Manuel Congo, esses escravos assassinaram um lavrador branco, expulsaram

2 AFONSO ARINOS de Mello Franco. Agitação dos escravos do Rio de Janeiro. In: CARNEIRO, Édison, org. *Antologia do negro brasileiro*. Porto Alegre, Globo, 1950. p. 230.

os feitores e dirigiram-se armados para fazenda Maravilha, propriedade do mesmo senhor, que foi invadida e depredada.

Em seguida, refugiaram-se nas matas. Nas de Santa Catarina, organizaram um quilombo. O escravo Manuel Congo foi aclamado rei. Depois disso, iniciaram uma série de violências e ataques às fazendas e aos engenhos das vizinhanças. As autoridades, porém, não ficaram inativas e organizaram a primeira expedição para dar-lhes combate. Essa tropa, composta de praças e comandada por um oficial da Guarda Nacional, foi fragorosamente derrotada. Uma verdadeira debandada. A desmoralização dessa primeira expedição repercutiu na classe senhorial e, ao mesmo tempo, um sentimento de euforia apoderou-se dos escravos. o excesso de otimismo foi fatal aos quilombolas.

Animados com o feito, prosseguiram em suas atividades, atacando e depredando, fato que porá em pânico os fazendeiros daquela região. Diante dos repetidos pedidos de auxílio dos fazendeiros, o governo enviou um destacamento de tropas regulares, que, no dia 11 de dezembro de 1838, dá combate aos escravos, fazendo verdadeira matança indiscriminada. Os quilombolas foram trucidados pelas tropas imperiais e os líderes caíram prisioneiros. Submetidos a julgamento sumário, sofreram penas que oscilaram entre o enforcamento e o açoite público. Manuel Congo foi condenado a morrer na forca, sendo a sentença executada no dia 6 de setembro de 1839. Outros líderes foram também punidos severamente. O Duque de Caxias foi o comandante da carnificina.

Espalha-se a quilombagem

Mas não é apenas no Rio de Janeiro que a quilombagem se manifesta. Pelo contrário, nas outras áreas escravistas a sua atividade é igual ou muito maior.

Na Paraíba, por exemplo, o quilombo é a forma preferida de rebeldia. Os escravos fugiam para as matas, tornando-se um perigo permanente. A Metrópole reagiria, mandando instruções para que esses quilombos fossem destruídos. Muitos

escravos, egressos de Palmares, com a experiência adquirida naquele reduto, estabelecerão um agrupamento quilombola em Cumbe, hoje Usina Santa Rita. Iniciarão em seguida uma série de ataques que intimidarão os senhores da região.

Os fazendeiros continuarão pedindo providências contra os “roubos que experimentavam os moradores do sertão do Cariri, Touá, Taipu, mocambo Cumbi”. A carta régia que comunica o fato diz ainda que naquele mocambo se encontravam índios evadidos, avaliando em cerca de setenta o número de indígenas e negros ali reunidos.

Medidas repressoras serão logo postas em prática, sendo enviado Jerônimo Tovar de Macedo com quarenta homens para combater o reduto. Não lograram êxito, contudo. Com a derrota dessa expedição, a situação se agravou para os senhores da região, atacados constantemente pelos quilombolas. Em vista dessa situação crítica, tempos depois, João Tavares de Castro, com um corpo de mercenários, marchará contra o quilombo, travando combate cerrado com seus componentes, “suprimindo muitos”, aprisionando 25, arrasando finalmente o reduto. Anos depois em 1851, será dissolvido outro quilombo que constituía “sério perigo” e vinha resistindo tenazmente às investidas das autoridades³.

Negros quilombola era ferrado como boi

A Metrópole não se conformava com aquilo que considerava um insulto à sua autoridade. Toma providências. Em 1741, mandará que seja rigorosamente cumprido o alvará de 7 de março daquele ano onde se manda ferrar (ferro em brasa) com um *F* na testa (Fujão) todo negro que fugisse e fosse encontrado em quilombo, e cortar uma orelha em caso de reincidência. A íntegra do alvará é a seguinte:

Eu El-Rey faço saber aos que este Alvará em forma de lei virem: que sendo-me presente, os insultos que no

3 VIDAL, Ademar. Dois século de escravidão na Paraíba. In: ROQUETE PINTO, org. *Estudos afro-brasileiros*. Rio de Janeiro, Ariel, 1935. p.86.

Brasil cometem os escravos fugidos a que vulgarmente chamam de calhambolas, passando a fazer excesso de se juntar em quilombos e sendo preciso acudir com os remédios que evitem esta desordem, hei por bem que a todos os negros, que forem achados em quilombos, estando neles voluntariamente, se lhes ponha com fogo, uma marca em uma espádua com a letra F, – que para este efeito haverá nas Câmaras, e se quando se for executar esta pena for achado já com a mesma marca, se lhe cortará uma orelha; tudo por simples mandado do Juiz de Fora, ou Ordinário da Terra, ou do Ouvidor da Comarca, sem processo algum e só pela notoriedade do fato, logo que do quilombo for trazido antes de entrar para a Cadeia: pelo que mando ao Vice-Rei, e Capitão-General de mar e terra do Estado do Brasil, Governador e Capitão-General do Brasil. Governadores e Capitães-Generais, Desembargadores de Relação, Ouvidores e Justiça do dito Estado, cumpram e guardem, e façam cumprir e guardar este meu Alvará em forma de lei, que valerá posto que seu efeito haja de durar mais de um ano, sem embargo da ordenação do livro 2.º § 4.º em contrário o que será publicado nas Comarcas do Estado do Brasil, e se registrará na Relação e Secretaria dos Governos, Ouvidoria, e Câmaras do mesmo Estado para que venha a notícia a todos. Dado em Lisboa ocidental a três de março de mil e setecentos e quarenta e um. a) Rei.

Esse é um exemplo bem óbvio do que era o Direito daquela época. Tais medidas, porém, não conseguirão impedir que os negros continuem fugindo, embrenhando-se nas matas e construindo novos quilombos. As cadeias públicas encher-se-ão de escravos rebeldes. Na Paraíba, em 1865, os escravos se rebelam ao verem as torturas a que um dos escravos presos foram submetidos. Os demais presos atiram-se sobre guarda, estabelecendo-se sério conflito, tendo morrido na luta os escravos Ildefonso, Félix, Tomás e o guarda nacional Manuel dos Prazeres. Além desses mortos, houve vários feridos.

Se isso acontecia na Paraíba, mais significativa era a atuação dos quilombolas em Minas Gerais, onde o contingente

de escravos negros era muito maior. Havia em Minas Gerais uma cisão profunda entre as duas classes fundamentais da sociedade, senhores e escravos. Outros segmentos e grupos sociais, como contratadores, faiscadores, contrabandistas, artesãos, pequenos comerciantes e agricultores, negros forros, militares de baixa patente, clérigos sem paróquia, manifestavam em maior ou menor grau, também a sua insatisfação diante da estrutura da sociedade. Criou-se, assim, um patamar de inquietação social, proporcionando a formação de movimentos ou intenções de mudança, que se manifestarão desde o século XVIII em sucessivas revoltas.

A tragédia do Isidoro, “O Mártir”

A luta era generalizada e constante. Vários quilombolas e bandoleiros se celebrizaram na região, como Ambrósio e Isidoro. Durante muito tempo, viveu no distrito diamantino, misto de bandoleiro e quilombola, o negro Isidoro, conhecido posteriormente como “O Mártir”. Ele atuou à frente de cinquenta quilombolas. Era praticamente invencível, ou por tal supunham seus adversários, até ser capturado no ano de 1809 e, depois executado.

Joaquim Felício dos Santos descreve as atividades de Isidoro da seguinte forma:

Isidoro era um pardo que fora escravo de um frei Rangel, que vivia da mineração. Processado como contrabandista foi confiscado a seu senhor em benefício da fazenda Real, e condenado a trabalhar nos serviços de Extração, como galé. De caráter altivo e não podendo suportar a pena que a obrigação a trabalhar de calceta, um dia limou os ferros, conseguiu iludir a vigilância dos guardas, fugiu do serviço e atirou-se à vida de garimpeiro. Sucedeu que outros escravos, também condenados, imitassem seu exemplo. Reuniram-se e Isidoro constituiu-se chefe de uma tropa de garimpeiros escravos [...] Entretinha frequentes comunicações com pessoas importantes do Tijuca que lhe compravam os diamantes que

extraia [...] Câmara foi o mais acérrimo perseguidor de Isidoro: ainda mais que João Inácio. Declarou-lhe uma guerra encarniçada: dissimulou patrulhas por toda a parte: bateu-o em diferentes lugares; empregou os meios de sedução, de ameaças, de violência com as pessoas que suponha protegê-lo. Isidoro, porém, sempre conseguia pôr-se a salvo de suas perseguições, já resistindo com a força, já por traças contaminando-lhe os planos bem combinados [...] Assaltado de improviso por grande número de pedestre da intendência, resistiu só e valorosamente por muito tempo até cair ferido por três balas. Então, o prenderam e ainda maltrataram, espancaram, feriram, como se se tratasse de um animal bravo. Isidoro, com as carnes rasgadas e mal podendo sustar-se, é levado à tortura. Em público, defronte da porta da cadeia, foi amarrado a uma escada, com os membros estirados e movimentos tolhidos. Dois pedestres começaram a açoitá-lo com bacalhaus. Logo as carnes se rasgam, o sangue salpica e abrem-se feridas ainda não cicatrizadas [...] Foi recolhido à prisão [...] Isidoro alguns dias depois, sentindo aproximar-se os seus últimos momentos, declarou que queria falar com o intendente para fazer-lhe uma revelação [...] Quis falar, tentou erguer-se, mas já era chegada a sua hora e caiu morto [...] Isidoro depois de sua morte foi venerado como um santo. Hoje ainda se diz: Isidoro o mártir⁴.

Não eram apenas os quilombolas que tinham o corpo mutilado e/ou espancado pela força da repressão escravista. Vamos dar, no particular, alguns exemplos elucidativos. No *Monitor* de 5 de julho de 1846 o padeiro francês, Constatino Labrousse, anunciou que lhe fugira o escravo Gonçalo de nação Cabinda, de 25 anos com “uma orelha cortada e muitos sinais de chicote nas costas”.

No mesmo jornal, lia-se o anúncio seguinte:

Fugiram dous escravos a Caetano Dias da Silva, da vila de Itapemirim, os quais estavam na fazenda do Limão, um chama-se Manuel Paulo e tem ambas as

4 SANTOS, J. Felício dos. *Memórias do distrito diamantino*. Rio de Janeiro, Castilho, 1924. p. 308 et seqs.

pás, ou ombro, pelas costas, a seguinte marca *CDS* entrelaçados; o outro de nome Luciano, tam a mesma marca nas duas apás [sic] e em ambos os peitos; dá-se 25\$ de alvíceras a quem os pegar.

Ainda no *monitor*, de 15 de julho de 1848, o inglês Alexandre Davidson anunciou o escravo que lhe fugira, “marcado com três letras no braço direito”⁵.

Como vemos, o corpo do escravo era equiparado ao dos animais, violentado, mutilado e espancado até a morte. Somente através do espírito de rebeldia, da luta e da reelaboração de comunidades livres, ele conseguia a sua reumanização. Do alvará da Colônia aos anúncios dos jornais, eles eram ferrados e tratados como gado.

5 FEYDIT, Júlio. *Subsídio para a história dos campos de Goitacase*. Rio de Janeiro, Esquilo, 1979. p. 351.

A SUBLEVAÇÃO QUILOMBOLA CONTRA O APARELHO REPRESSOR

Como vimos acima, a repressão do aparelho de Estado escravista era de uma violência que somente poderia ser combatida com uma violência idêntica, em sentido contrário. Foi o que aconteceu durante o regime escravista no Brasil. Ferrado como animal, torturado até a morte, combatido de todas as formas, em todos os níveis de tentativas de readquirir a liberdade, o escravo tinha de rebelar-se e de usar a violência contra o aparelho de dominação militar, ideológico e político que o desumanizava como ser.

Os quilombos tinham, por isso, de organizar um sistema de defesa permanente. Para tal, como se constatou no quilombo do Ambrósio, em Minas Gerais, e na república de Palmares, os negros tiveram de entrar em contato com outras camadas, grupos e segmentos oprimidos nas regiões onde atuavam. Precisavam de armas, pólvora, facas e outros objetos. Realizavam, então, um escambo permanente com pequenos proprietários locais, mascates, regatões, a fim de conseguirem aquilo de que necessitavam, especialmente arma e pólvora.

As autoridades sabiam desse comércio clandestino e impuseram severas penas àqueles que o praticassem. No entanto, os quilombos nunca deixaram de manter esse intercâmbio com áreas da economia escravista.

Aliança dos quilombolas

Essa ligação geral do escravo aquilombado com outros grupos sociais oprimidos não se dá por acaso. O escravo, quer em Minas, quer nas outras áreas, tinha necessidade de assim proceder para poder sobreviver. O escravo mineiro, por exemplo, ligava-se com muita frequência ao faisgador e ao contrabandista de diamantes e ouro, com eles mantendo um comércio clandestino, que era severamente combatido. Em face dessa concordância de interesses, os contrabandistas prestavam serviços aos quilombolas, informando-os das medidas tomadas pelo aparelho repressivo.

Ao garimpeiro – escreve *Aires da Mata Machado Filho* – se aliou o quilombola, um e outro fora da lei, ainda que por motivos diversos, não tardou se encontrassem solidários buscando a subsistência na mineração furtiva.

Com estes, outro tipo interessante apareceu nas lavras, surgindo no meio dos contrabandistas de vária espécie, que aí havia em grande número. Foi o *capangueiro*, comerciante de *capanga*, pequeno comerciante que comprava do garimpeiro o produto das suas faisqueiras e o protegia mandando-lhe avisos cautelosos quando as tropas de dragões saíam em batidas aos quilombos e aos garimpos.

Desenvolvimento interno dos quilombos

Esse intercâmbio deve ter sido um dos fatores do poderio militar conseguido principalmente por Palmares.

No entanto, internamente, desenvolvia-se uma indústria de guerra dos próprios quilombolas, os quais fabricavam lanças, arcos, flechas, facas e outros objetos bélicos. Era uma forma de preservarem sua população das constantes investidas das forças escravistas. Além disso, estabeleciam sistemas de defesa, como muralhas, paliçadas, buracos com estrepes (lanças), para surpreender os invasores. No quilombo do Ambrósio, houve um grande intercâmbio entre os quilombolas e os contrabandistas. Dizem que as minas do mocambo eram ricas e Ambrósio

vendia os seus produtos a comerciantes e contrabandistas da região. Esse comércio proporcionava ao quilombo meio de se armar e manter, durante muito tempo, o seu reduto.

Por outro lado, como unidade produtiva, o quilombo desenvolvia, internamente, uma série de atividades para se manter e alimentar sua população. Tinha seu setor artesanal, que se desenvolvia constantemente, metalurgia, tecelagem; finalmente, organizava-se internamente para seguir, em caso de isolamento ou de guerra, manter-se sem grandes crises internas de produção. Essa dupla atividade do quilombo – de um lado, mantendo intercâmbio com outras unidades populacionais e produtivas e, de outro, desenvolvendo sua própria economia interna – permitiu-lhe possibilidades de sobrevivência na sociedade escravista que o perseguia.

Diogo de Vasconcelos afirma que esses quilombolas

tinha mesmo em povoados, e até vilas, agentes secretos que com eles especulavam, comprando-lhes o ouro, peles, poaia, e mais coisas que podiam enviar, fornecendo, em troca, munições e gêneros. Entre os objetos ilícitos vinham os que pilhavam na picada de Goiás, e nos mais caminhos como nos povoados e fazendas que assaltavam, sobretudo nas comarcas do Rio das Mortes e Sabará¹.

Os quilombos baianos, situados na periferia da cidade de Salvador, também praticavam esse tipo de escambo para se municiarem e complementarem a economia interna do quilombo naquilo que ela não produzisse. Muitos desses quilombolas chegaram mesmo a ir trabalhar na capital da Província, como se fossem livres, para regressar como a fêria do dia e incorporá-la à economia quilombola.

Continuidade histórica do quilombo

1 VASCONCELOS, Diogo de. *História edia de Minas Gerais*. Belo Horizonte, Imprensa Oficial do Estado, 1918. p. 169.

Pelo que se pode constatar dessa série de fatos, uma das características da quilombagem é sua continuidade histórica. Desde o século XVI, ela é registrada e vai até as vésperas da Abolição. Outra característica é sua expansão geográfica. Mesmo naquelas regiões onde o coeficiente demográfico do escravo negro era pequeno, o fenômeno era registrado.

Em Santa Catarina, por exemplo, Walter Piazza registra ajuntamentos de negros rebeldes. Pelo menos o de *Alagoa*, segundo ele, “deu panos para manga”². O mesmo autor registra outros, como o da Enseada do Brito, e relata a criação, ali, como consequência dessas fugas, da profissão de capitão-do-mato. Walter Piazza, além de mencionar o fato, afirma que outros quilombos “devem ter existido e devem, também, ter provocado uma boa trabalhadeira aos homens da lei”³.

A mesma coisa acontece em São Paulo. Já no século XVII, a região araraquarense é palco de aquilombamento. O medo dos senhores de escravos aumentava à proporção que os negros se rebelavam.

No dia 12 de fevereiro de 1809, o capitão-mor de Itu, Vicente da Costa, comunicou ao governador, capitão-general Franca e Horta, que os escravos daquela cidade e mais os de Sorocaba, Campinas, Porto Feliz e Itapetininga revoltaram-se

fustigando os seus senhores e em quilombos e em quadrilhas armados de fleixas e outras armas, atacavam os viandantes, as fazendas, roubando, matando e praticando outros insultos dentro da vila, e até mesmo formaram uma sedição na noite de Natal.

A isso, o capitão-general respondeu:

Se o ofício que V. me fez fora dirigido pela Câmara dessa vila, certamente Sr. capitão, eu julgaria que isto

2 PIAZZA, Walter. *O escravo numa economia minifundiária*. São Paulo, Resenha Universitária/Udesc, 1975. p. 120.

3 Idem, *ibidem*, p.121.

não era mais do que temer ela em sustentar com afinco o que expôs a S. A. Real, pois eu não vejo no ofício de V. algum fato novo ou desusado neste Estado por onde se infira esse ponto de insurreição: porque no Brasil todos os dias se estão vendo negros libertos ou cativos forçarem mulheres brancas, já não digo estranhas mas até suas mesmas senhoras, matarem os feitores e os próprios senhores – sem que se tenha concluído daqui que a escravatura no Brasil está levantada em estado de insurreição contra os brancos; e bom seria que nesse dia que ela se havia de efetuar na noite de Natal próximo, se lhe dessem dobrados açoites em prêmio da boa nova⁴.

Esse estado de espírito dos escravos paulistas vai até as vésperas da Abolição, com a adesão do quilombo do Jabaquara, conforme veremos oportunamente. Durante os séculos XVII e XVIII, a fuga individual e o quilombo caracterizam o comportamento do escravo rebelde paulista.

Depois – no século XIX –, as grandes evasões coletivas marcam esse tipo de comportamento. Mas um fato é evidente: durante todo esse tempo, de uma forma ou de outra, o escravo negro paulista é um rebelde permanente.

No Rio Grande do Sul também...

O fato se repete no Rio Grande do Sul, onde os escravos, sempre que possível, se rebelavam e/ou se aquilombavam. O historiador J. Maestri Filho, quem melhor pesquisou o assunto, afirma que:

Nossa historiografia não se refere, especificamente, a quilombos no Rio Grande do Sul. Quando registra a existência de algum, é rapidamente, de passagem, sem maiores explicações ou comentários [...] Os motivos da formação dos quilombos gaúchos podem ter sido muitos. O desconhecimento dos caminhos até a fronteira, o controle das estradas e picadas, a

4 Apud RIBEIRO, J. J. Cronologia paulista. *O Estado de S. Paulo*, 12 fev. 1981.

pouca vontade de terminar como “peão” espanhol. Até mesmo o amor à terra. O certo é que o escravo gaúcho, em maior ou menor número, fugiu para aquilombar-se nas fraldas da serra, no fundo de uma floresta, ou na volta de um longínquo arroio⁵.

Maestri registra que

o arroio quilombo deve ter dado guarida a escravo fugidos, isso, porém, em época mais recuada. A consolidação lusitana nessa região (1801) encontra já esse topônimo sendo usado corretamente, tanto por espanhóis como por luso-brasileiros. Esta região talvez tenha sido palco de uma ocupação quilombola em épocas ainda mais remotas. Esses terrenos “neutrais” foram, durante muito tempo, terra de ninguém; uma “fronteira” entre as possessões das duas coroas⁶.

Maestri ainda nos informa da existência do quilombo do negro Lucas, de diversos quilombos nas charqueadas, do quilombo do rio Pardo e outros, referindo-se, finalmente, à existência de insurreições escravas no Rio Grande do Sul.

Quilombo no Nordeste

Se os quilombolas se organizavam e resistiam no Rio Grande do Sul, nas outras regiões igual fato era registrado, especialmente na região Nordeste. Em Pernambuco, além dos quilombos registrados no século XVII, durante a ocupação holandesa, destacando-se Palmares (que àquela época estava localizado em território pertencentes à capitania de Pernambuco), o movimento quilombola ainda é ativo em pleno século XIX, com uma dinâmica surpreendente, preocupando as autoridades.

5 MAESTRI FILHO, José. *O escravo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, Educs/EST, s. d. p. 126.

6 Idem, *ibidem*, p. 128.

Nesse particular, o trabalho de Josemir Camilo de Melo é muito elucidativo. Depois de registrar uma série de quilombos na área de Pernambuco e afirmar (registrando um fato permanente na quilombagem) que o “fenômeno quilombola está aliado a outros tipos de atividades clandestinas, de procedência anarco-espantânea, onde predomina a consciência grupal e individual”, conclui que o ápice dessas lutas ocorre em Pernambuco, entre 1828 e 1830. Diz ele:

Em nenhum momento os quilombos esmoreceram e o importante para a sua sobrevivência era a mobilidade. Nunca se podia controlar todos os focos quilombolas. Controlava-se as estradas, mas não dispunham de condições sobre o caminho das matas.

De 1827 a 28 há três informações que comprovam a continuidade da luta. Paratibe e Fragoso eram acometidos pelos negros, dizia o Juiz de Paz de Igaráu, enquanto que os de Pontas de Pedra, escrevendo em 1828, dizia estarem os negros se organizando em Terra Dura e Catucá e poderão ficar no estado formidável (sic) em que estavam a um ano⁷.

O mesmo historiador afirma que os quilombolas haviam chegado a um nível de organização ponderável, pondo em pânico os senhores, que usavam de todos os recursos para exterminá-los.

Poderíamos fazer um arrolamento de quilombos em todo o Brasil, o que é desnecessário nas proporções deste livro. O certo é que, onde quer que a escravidão tivesse se instalado, os quilombos eram uma constante. Elemento de fricção e desgaste permanente, os quilombos contribuíram, por isso, ao minarem e deteriorar as relações entre senhores e escravos, para a mudança social que desembocou no trabalho assalariado.

Do Amazonas ao Rio Grande do Sul, sua presença é incontestável. Registra-se sua atuação de desgaste social durante todo regime escravista, especialmente nos séculos

7 MELO, Josemir Camilo de. Quilombos em Pernambuco (no século XIX). *Revista do Arq. Públ., Recife*, 1977/1978. p. 19.

XVII, XVIII e XIX, quando a quilombagem se manifesta através de várias formas, tendo, porém, como ponto culminante, a República de Palmares, que vai de 1630 (aproximadamente) a 1695. Isso demonstra, de um lado, a existência de um sistema escravista de âmbito nacional, e, de outro, a participação do escravo rebelde, no sentido de querer extinguir esse sistema, por ser o agente histórico e social no qual a contradição fundamental do escravismo se manifesta mais agudamente. Dessa forma, não podemos deixar de ver o quilombo como um elemento dinâmico de desgaste das relações escravistas. Não foi manifestação esporádica de pequenos grupos de escravos marginais, desprovidos de consciência social, mas um movimento que atuou no centro do sistema nacional, e permanente.

COMO SE ORGANIZAVAM OS QUILOMBOS

Os quilombos, conforme já afirmamos, tinham várias formas de organização. Muitos eram pequenos, outros, maiores, mas todos com o mesmo objetivo: fugir do sistema escravista. Em face da grande diversificação da economia escravista, muitas vezes os quilombos reproduziam internamente o tipo de economia da área na qual se organizavam. Por isso, embora a maioria praticasse a agricultura, em face da grande tradição agrícola dos povos africanos, não havia uniformidade naquilo que poderíamos atualmente denominar modelos econômicos.

Décio Freitas fez uma tipologia dos quilombos. Para ele houve, pelo menos, sete tipos fundamentais: a) os *agrícolas*, que prevaleceram por todas as partes do Brasil; b) os *extrativistas*, característicos do Amazonas, onde viviam de drogas do sertão; c) os *mercantis*, também na Amazônia, que adquiriam, diretamente de tribos indígenas, as drogas para mercadejá-las com os regatões; d) os *mineradores*, em Minas Gerais, Bahia, Goiás e Mato Grosso; e) os *pastoris*, no Rio Grande do Sul, que criavam o gado nas campanhas ainda não apropriadas e ocupadas por estancieiro; f) os de *serviços*, que saíam dos quilombos para trabalhar nos centros urbanos; e finalmente, g) os *predatórios*, que existiam um pouco por toda parte e viviam dos saques praticados contra os brancos. Nos seis últimos tipos,

a agricultura não estava ausente, mas desempenhava um papel subsidiário¹.

Como vemos, a regionalização da economia colonial, inteiramente dependente do mercado internacional, teve como consequência quilombos que produziam essa economia parcialmente, pelo menos quanto aos produtos. Tinham de executar uma economia interna que não dependesse da estrutura da sociedade abrangente, mas esta era refletida no nível daquilo que a economia quilombola produzia. Em outras palavras, os quilombos ou se sujeitavam a uma economia recoleitora, o que não era possível, ou tinham de criar uma economia que produzisse aquilo de que os quilombos necessitavam e que era regionalmente possível, de acordo com as possibilidades ecológicas e as disponibilidades de matéria-prima ou de sementes daquelas áreas em que se formavam. Daí a diversificação de sua estrutura, que Décio Freitas especifica. Isso, por outro lado, permitia uma economia de abundância, pois os quilombos não se limitavam à monocultura das *plantations*, mas, pelo contrário, aproveitando-se dos recursos naturais regionais e de elementos retirados das fazendas e dos engenhos, dinamizaram uma agricultura policultora-comunitária, que satisfazia às necessidades dos quilombolas e ainda produzia um excedente comerciável.

Por esse motivo, um poeta da época, Joaquim José Lisboa, escreveu:

Entranham-se pelos matos
e como criam e plantam,
divertem-se, brincam, catam,
de nada têm precisão

Vêm à noite aos arraiais
e com indústrias e tretas,

1 Particularizando essa classificação, Décio Freitas afirma que a “agricultura formava a base da produção econômica. As roças se situavam o mais próximo possível do quilombo, abrangendo a cultura de toda classe de gêneros alimentícios, numa variedade que a sociedade escravista desconhecia”. In: – *O escravismo brasileiro*. Porto Alegre, Escola Superior de teologia de São Lourenço de Brindes, 1980. p. 43.

seduzem algumas negras
Com promessas de casar.

A organização dos quilombos era muito variada, dependendo do espaço ocupado, de sua população inicial, da qualidade de terreno em que se instalavam e das possibilidades de defesa contra as agressões das forças escravistas. Aproveitavam-se desses recursos naturais regionais, e os exploravam ou industrializavam, dando-lhes, porém, uma destinação diferente no setor da distribuição. Ao invés de se centrarem na monocultura que caracterizava a agricultura escravista, que também monopolizava a produção na mão dos senhores, os quilombos praticavam uma economia policultora, ao mesmo tempo distributiva e comunitária, capaz de satisfazer as necessidades de todos os seus membros. Enquanto na economia escravista a produção fundamental e mais significativa era enviada para o mercado externo, e a população produtora passava privações enormes, incluindo-se o pequeno produtor, o branco pobre, o artesão e outras categorias, que eram esmagados pela economia latifundiário-escravocrata, nos quilombos, o tipo de economia comunitária ali instalado proporcionava o acesso ao bem-estar de toda a comunidade.

Organização política dos quilombos

Para que isso acontecesse, havia necessidade de uma estrutura de poder interna que dirigisse o quilombo. Ele não era um sistema simples aglomerado amorfo, sem que seus membros tivessem papéis específicos a desempenhar. Isso não ocorria. Quando os quilombos se consideravam já estabilizados, organizavam tipos de governo que determinavam a harmonia da comunidade e eram responsáveis por ela.

Como estavam sujeitos às invasões periódicas das forças de repressão que agiam constantemente contra eles, os quilombos tinham de organizar um tipo de poder capaz de defendê-los das investidas inimigas. No mais famoso deles – a República de Palmares – havia um governo altamente

centralizado, uma monarquia eletiva, como o define Édison Carneiro. Além disso, tinham de criar formas de organização familiar, religiosa e, especialmente econômica.

O binômio *economia-defesa* era o eixo das preocupações mais importantes dos dirigentes dos quilombos. Isso porque, se, de um lado, tinham de manter em atividade permanente grande parte da mão-de-obra ativa da comunidade na agricultura e em outras atividades produtivas, de outro, tinham de manter um contingente de defesa militar permanente, a fim de preservar sua integridade territorial.

Parece que no quilombo havia, do ponto de vista religioso, mescla de alguns valores do catolicismo popular com as religiões africanas. Imagens de santos foram encontradas em Palmares. Já em regiões quilombolas de Minas Gerais, segundo podemos conjecturar, baseado em pesquisas arqueológicas recentes, não há vestígios de objetos de culto católico nos quilombos pesquisados².

No quilombo do Ambrósio, em Minas Gerais – que chegou a reunir mais de dez mil aquilombados (afirma-se que sua população poderia ter chegado a 20 000) –, localizado entre os municípios de São Geraldo e Ibiá, havia segundo o historiador Waldemar de Almeida Barbosa, “um modelo de organização e disciplina, de trabalho comunitário”. Para esse autor, os negros eram divididos em grupos ou setores, “todos trabalhando de acordo com a sua capacidade”. Uma particularidade do quilombo do Ambrósio em relação à economia da República de Palmares era que nele se praticava a pecuária, através dos campeiros ou criadores, ao contrário da estrutura palmarina, onde essa atividade não existia. A parte da população agrícola encarregava-se dos engenhos, da plantação da cana e da fabricação de açúcar e aguardente; além disso,

2 Essa afirmações baseiam-se na pesquisa de GUIMARÃES, Carlos Magno e DANNA, Ana Leticia Duarte. Arqueologia de quilombos em Minas Gerais. *Pesquisas: estudos de Arqueologia e Pré-História brasileira*. São Leopoldo, 1980. n. 32. É de se destacar nesse trabalho pioneiro as reproduções de desenhos rupestres do quilombo da Cabaça e detalhes do painel da serra da Garatuja feitos por quilombos.

como produtos complementares cultivavam mandioca para fazer farinha e fabricavam azeite.

Segundo podemos depreender de documentos da época (todos eles escritos pelos repressores, pois os quilombolas mantinham a tradição oral africana), havia obediência incondicional àquele que era escolhido como chefe pela comunidade. Assim foi Ganga-Zumba e Zumbi, em Palmares, e assim foi também no quilombo do Ambrósio. Ao que nos parece, isso não decorreu de tradições africanas, como alguns autores sugerem, num paralelismo culturalista contestável, mas da necessidade objetiva, permanente, de defenderem integridade territorial e social dos quilombos das permanentes ameaças das expedições constantemente enviadas contra eles.

Quilombos e resistência social

As afirmações acima levam-nos a uma série de considerações gerais sobre a função dos quilombos como nódulos de resistência permanente ao sistema escravista. Não podemos, por isso, deixar de salientar que, durante todo o transcurso de sua existência, eles foram não apenas uma força de desgaste, atuando nos flancos do sistema, mas, pelo contrário, agiam em seu centro, isto é, atingindo em diversos níveis as forças produtivas do escravismo e, ao mesmo tempo, criando uma sociedade alternativa que, pelo seu exemplo, mostrava a possibilidade de uma organização formada de homens livres. Essa perspectiva que os quilombos apresentavam ao conjunto da sociedade da época era um “perigo” e criava as premissas para reflexão de grandes camadas da população oprimida.

Por isso mesmo o quilombo era refúgio de muitos elementos marginalizados pela sociedade escravista, independente de sua cor. Era o exemplo da democracia racial de que tanto se fala, mas nunca existiu no Brasil, fora das unidades quilombolas.

PALMARES: REPÚBLICA DE HOMENS LIVRES

[...] cento e tantos anos se defenderam [...]
CAETANO DE MELO E CASTRO. Carta
ao Rei; 18 de fevereiro de 1694.

Palmares foi a maior manifestação de rebeldia contra o escravismo na América Latina. Durou quase cem anos e, durante esse período, desestabilizou regionalmente o sistema escravocrata. Paradoxalmente, não temos nenhum documento escrito pelos palmarinos durante sua existência. Certamente seguiam como nos outros quilombos, a tradição africana de comunicação oral. Como sabemos, na África, a tradição oral é praticamente responsável pela transmissão da memória coletiva e da consciência social. Evidentemente, não há como verificar até onde Palmares reproduziu, integral ou parcialmente, essa estrutura de comunicação oral africana no seu território, mais será interessante, no estudo de sua realidade social, levar em conta que, ao que tudo leva a crer, esse código de linguagem conservou-se pelo menos parcialmente. Isso porque – como hipótese – Palmares poderia ter um código escrito que se perdeu inteiramente, hipótese de comprovação remota ou impossível, mas que deve ser conservada como questão a ser ainda pesquisada.

De tudo isso surge uma dificuldade fundamental: a de se conseguir aquilo que poderíamos chamar de uma *visão interna*

da República, através de documentação produzida pelos próprios palmarinos.

Como coroamento dessa dificuldade, há todo um passado da historiografia tradicional-conservadora, ideologicamente comprometida com os valores do colonizador. Esse filão historiográfico procura esconder ou minimizar a importância sociológica, histórica, política e humana que foi Palmares, apresentando tão importante fato histórico como um simples “valhacouto de bandidos e marginais”.

Não podemos fazer aqui, como é óbvio, um levantamento sistemático da estrutura social de Palmares, nem sua história pormenorizada, mas vamos mostrar, em linhas gerais, como a comunidade funcionava.

Para fazermos um estudo sistemático, teríamos de analisar suas técnicas agrícolas e outros tipos de produção; o que se produzia, e, especialmente, *como* se produzia; a interação do núcleo dirigente com camadas, grupos e pessoas da sociedade abrangente (escravista); a interação dos palmarinos com os negros escravos dos engenhos, das fazendas, das vilas e dos povoados; a dinâmica interna da República em seus diversos níveis; a linguagem falada; a estrutura organizacional do núcleo de Poder dirigente; a forma fundamental de propriedade; a estratificação social interna; a organização familiar; as formas de dominação e de subordinação fundamentais e em que níveis isso se dava; a estrutura do grupo religioso; a existência ou não de feiticeiro, sacerdote ou outro representante do monopólio do *sagrado*; a organização militar e sua hierarquia interna; o nível de poder político desse grupo militar; a medicina mágica e as formas de cura; a cozinha e os hábitos alimentares; o sistema de distribuição de excedentes etc.

Uma tentativa de descrição inicial da economia de Palmares deverá começar por um inventário das terras – suas qualidades e suas limitações para a prática da agricultura de acordo com técnicas regionais –, dos recursos hidrográficos, da vegetação, da fauna regional e do grau de pluviosidade. Isso seria uma preliminar necessária para se ter uma ideia da base física da República.

Segundo a maioria dos modernos estudiosos que se detiveram em analisar Palmares, a República estava situada em uma das regiões mais férteis da capitania de Pernambuco, região atualmente pertencente ao Estado de Alagoas

Terras férteis e inacessíveis

Para Édison Carneiro, a

região era montanhosa e difícil – cômodos, colinas, montes, montanhas, rochedos a pique se estendiam a perder de vista [...] Vinha desde o planalto de Garanhuns, no sertão de Pernambuco, atravessando várias ramificações dos sistemas orográficos central e oriental, até as serras dos Dois irmãos e do Bananal, no município de Viçosa [Alagoas], compreendendo entre outras, as serras do Cafuchi, da Jussara, da Pesqueira, do Comonati e do Barriga – o “Oiteiro da Barriga” –, onde se travou a maior parte dos combates pela destruição de Palmares¹.

Como esses negros escravos chegaram a essa região, de um lado fértil, e, de outro, de difícil acesso aos seus inimigos? Teriam feito uma escolha antecipadamente, ou para lá se refugiaram por saberem que, na floresta, estavam mais protegidos contra os seus captores? Não podemos responder. O certo é que para lá foram convergindo constantemente. Rocha Pitta diz que foram quase quarenta negros de Guiné dos engenhos de Porto Calvo, no início, depois em bandos, e de forma constante, refugiando-se nas matas de Palmares, que iniciaram o quilombo.

Aproveitando-se da impenetrabilidade da floresta e também da fertilidade das terras, da abundância de madeiras e de caça, da facilidade de água e de meios de defesa, foram-se aglomerando, reunindo novos membros e aumentando conseqüentemente o número de foragidos. O crescimento demográfico do quilombo continua a partir desse núcleo básico de forma ininterrupta. Diversas situações favoráveis

1 CARNEIRO, Édison. *O quilombo dos Palmares*. São Paulo: Brasiliense, 1947. p. 28.

contribuíram para o aumento do reduto inicial. Uma delas foi a ocupação holandesa em Pernambuco. Esse fato desarticulou e desorganizou as estruturas da dominação portuguesa e das nativas, criando condições para que os escravos, aproveitando-se dessa situação, fugissem para as matas. Diz um historiador desse período:

A guerra empreendida pelos holandeses no período de 1630-1635 desorganizou completamente a vida da Colônia. Todos os negros aproveitaram a oportunidade para fugir. Pela leitura dos documentos vê-se que parou quase completamente o trabalho dos engenhos. Uma relação dos engenhos existentes entre o rio das Jangadas e o Una, feita pelo conselheiro Schott, mostra-nos a verdadeira situação dessas propriedades, exatamente na zona mais rica da capitania, a zona sul. Eram canaviais queimados, casas-grandes abrasadas, os cobres jogados aos rios, açudes arrombados, os bois levados ou comidos, fugidos todos os negros. Só não haviam fugido os negros velhos e os molequinhos².

Além das fugas sistemáticas desses escravos negros dos engenhos, havia, para aumentar sua população (fora o aumento demográfico vegetativo, decorrente dos nascimentos registrados no interior do quilombo), o ingresso no território palmarino, integrando-se nos valores da República, de índios “salteadores”, fugitivos da Justiça de modo geral e elementos de todas as demais etnias ou camadas que se sentiam oprimidos pelo sistema escravista. Certamente havia também brancos e brancas, pois de outra forma não se explicaria a existência, em 1644, entre os aprisionados por Rodolfo Baro, de “alguns mulatos de menor idade”.

Nos assaltos que eram feitos às populações, certamente os negros palmarinos raptavam não apenas negras, mas brancas também, pois era aguda a escassez de mulheres na República. Conjetura-se que Zumbi, entre suas mulheres, tinha uma que era branca. Devemos notar, a esse respeito, que o problema do

2 GONSALVES DE MELLO NETO, José Antônio. *Tempo de flamengos*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1947, p. 206-7.

equilíbrio da população palmarina segundo o sexo deve ter sido muito sério.

Na seleção que o sistema de importação de negros da África realizava para o suprimento de escravos no Brasil, a proporção de mulheres era bem menor do que a de homens, calculando-se três homens, ou mesmo mais, para cada mulher. Por conseguinte, para que se estabelecesse um equilíbrio sexual – e consequentemente social – estável, havia necessidade de se conseguirem mulheres fora da reprodução vegetativa da República.

Cresce o “perigo de portas adentro”

Montada nesse binômio (território-população) é que a sociedade civil de Palmares se estrutura e se dinamiza. Organiza-se criando um espaço humano e social dentro do seu espaço físico. Por diversas circunstâncias, as cidades – ou quilombos ou mocambos – da República começam a se formar de acordo como processo de desenvolvimento e de diferenciação decorrente de uma maior e mais complexa divisão interna do trabalho. Surgem, consequentemente, as diversas divisões de funções das várias camadas e estratos que compunham os produtores. Havia quilombos (cidades) que tinham atividades sociais ou econômicas específicas.

Assim, segundo documento apresentado por Édison Carneiro e por nós agora aproveitado, era a seguinte a distribuição das principais cidades do espaço físico de Palmares: a dezesseis léguas de Porto Calvo ficava o quilombo de Zumbi; a cinco léguas mais ao norte, o mocambo de Acotirene; a leste destes, dois mocambos chamados das Tabocas; a catorze léguas a noroeste dos das Tabocas, o de Dambrabenga; a oito léguas mais ao norte, a “cerca” de Subupira; a seis léguas mais ao norte, “a cerca real do Macaco” (capital da República); a cinco léguas a oeste, o mocambo de Osenga; a nove léguas de Serinharen, para nordeste, a “cerca” de Amaro; a 25 léguas de Alagoas, para noroeste, o “palmar” de Andalaquituche, irmão de Zumbi; a 25

léguas a noroeste de Porto Calvo, o mocambo de Aqualtune, mãe do rei, afora outros, espalhados em seu território³.

Através do crescimento vegetativo e do rapto de mulheres, da adesão de escravos e escravas dos engenhos, da aliança com índios, brancos pobres e perseguidos e de membros de outras etnias discriminadas, Palmares chegou a ter entre 20 000 a 25 000 habitantes, população que, no nível de povoamento da época e da região, era desafiadora para o sistema escravista. Transformou-se Palmares no mais sério obstáculo ao desenvolvimento e à estabilização do escravismo na região, que era, àquela época, a mais importante para o desenvolvimento desse tipo de economia. A partir disso, podemos aquilatar a preocupação que Palmares representava para as autoridades da Metrópole.

Língua e composição étnica de Palmares

Como se articulava do ponto de vista linguístico, a população de Palmares? Décio Freitas diz que a língua era “basicamente o português, misturado com formas africanas de linguagem. Pensamento idêntico tem Édison Carneiro. De fato, embora em expedições contra Palmares haja referências à presença de “línguas” (intérpretes) para traduzirem o falar palmarino, todos os elementos indicam, pelo menos numa primeira aproximação com o assunto, que o português foi a estrutura linguística que absorveu grande quantidade de termos do vocabulário africano e é por essa segunda particularidade que iremos explicar a necessidade de “línguas” nas expedições.

Tem-se como quase certo que a maioria esmagadora dos negros habitantes de Palmares era de origem banto. A professora Yeda Pessoa de Castro, em trabalho especializado de etnolinguística, mostra a precedência da importação banto em relação aos negros de outras áreas da África.

3 Entende-se por légua uma antiga medida portuguesa, correspondente a aproximadamente 6 quilômetros. Ainda é muito usada no interior do Brasil, especialmente no Nordeste.

Em face disso, na época da formação de Palmares, a importação de negros para a lavoura escravista naquela área – especialmente na área de Palmares – era basicamente banto.

O gráfico seguinte confirma a realidade desse argumento:

<i>Atividade principal</i>	<i>Séculos de importação maciça</i>			
	XVI	XVII	XVIII	XIX
Agropecuária	B	B/J	B/J	
Mineração		B/J	B/J	
Agricultura	B	B/J/N	B/J/N	N/H
Serviços urbanos				N/J/H/B

Grupos: B = Banto; J = Jeje/Mina; N = Nagô/Iorubá; H = Hauçá

Fonte: CASTRO, Yeda Pessoa de. *A presença cultural negro-africana no Brasil: mito e realidade*. Salvador, CEAO, 1981.

A mesma autora escreve que

no que concerne à influência dos povos de língua banto, ela foi mais extensa e penetrante por também mais antiga no Brasil. Isto se revela pelo número de empréstimos léxicos de base banto que são correntes no português do Brasil – uma média de 71% – e pelo número de derivados portugueses formados de uma mesma raiz banto, inclusive os de conotação especificamente religiosa, sem que o falante brasileiro tenha consciência de que essas palavras são de origem banto. Exemplos: cacunda/corcunda, caçula, fubá, angu, jiló, bunda, quiabo dendê, dengo etc.

Em outro trabalho, *Os falares africanos na interação do Brasil Colônia*, Yeda Pessoa de Castro afirma que

os empréstimos léxicos africanos no português do Brasil, associados ao regime da escravidão, são em geral étimos bantos (quilombo, senzala, mucama, por exemplo); depois Zumbi, Ganga-Zumba, nomes dos líderes de Palmares, são títulos tradicionalmente atribuídos a chefes locais no domínio banto. Sobre outro plano, os folguedos tradicionais brasileiros que portam nomes denunciando influência banto, tais como *quilombos*, *congós*, *moçambiques*, são atestados em diferentes zonas rurais do Brasil.

Finalmente, em sua comunicação ao II Encontro Nacional de Linguística, a autora afirma que

nessas [as senzalas], onde se misturavam africanos de diferentes procedências étnicas a um contingente de indígenas, a fim de evitar rebeliões que pusessem seriamente em perigo a vida dos seus proprietários, numericamente inferiorizados e estabelecidos em áreas interioranas isoladas, a necessidade de comunicação entre povos linguisticamente diferentes deve ter provocado a emergência de uma espécie de língua franca, que chamaremos de *dialeto das senzalas*.

Como vemos, há evidências de que os bantos, por serem o grupo étnico preponderante em Palmares (evidências históricas, sociológicas e etnolinguísticas), influenciaram decisivamente na língua falada em Palmares, criando aquilo que poderíamos, pelas mesmas razões etnolinguísticas e sociológicas apresentadas pela professora Yeda Pessoa de Castro, denominar de *dialeto dos quilombos*, o código de linguagem fundamental através do qual eles se comunicavam. Ou então: no caso particular que analisamos por que não poderíamos chamar essa linguagem de *dialeto de Palmares*?

A proposta ainda mais se justifica se aduzirmos às razões de Yeda Castro as ponderações de Décio Freitas, que afirma sobre o assunto:

Necessitavam [os quilombolas] de uma linguagem comum. Assim foi como se elaborou a linguagem palmarina: um sincretismo linguístico, o que os elementos africanos tiveram um ascendente decisivo,

mas que importava, por igual, elementos do português e do tupi. “Falavam uma língua toda sua, às vezes parecendo da Guiné ou de Angola, outras vezes parecendo o português e tupi, mas não é nenhuma dessas e sim outra língua nova” reparou o governador Francisco de Brito Freire.

Os brancos não entendiam essa linguagem sem auxílio de intérpretes. Todos os emissários enviados pelas autoridades coloniais a Palmares para concertar tréguas ou pazes, faziam-se invariavelmente acompanhar de “línguas”. As conversações entre o governador de Pernambuco e uma embaixada palmarina, no ano de 1678, no Recife, realizaram-se através de “línguas”⁴.

A hipótese de um *dialeto de Palmares* é questão aberta para os etnolinguistas e demais cientistas sociais resolverem.

Economia de abundância

A economia do sistema latifundiário-escravista existia à base de produzir para a exportação ao mercado internacional daqueles produtos que interessavam a esse mercado no momento. Na época da República de Palmares era a produção do açúcar. Todo o trabalho dos escravos se voltava para produzir esse artigo que entrava na circulação do mercado colonial.

No entanto, nada ou quase nada dessa produção ficava na Colônia, quer em sobras significativas, quer em riqueza retida internamente, ou em forma de retorno monetário compensador da venda da produção escoada. Daí a penúria dos habitantes da Colônia. Mesmo os senhores de engenhos e de escravos viviam endividados, pagando juros extorsivos aos vendedores negreiros, intermediários nesse negócio, ou comprando novas terras para a renovação e ampliação dos canaviais. A agroindústria do açúcar também era onerada por taxas e imposto cobrados pelas autoridades coloniais. Em consequência de tudo isso, o povo passava fome, tinha um nível de vida baixíssimo, embora

4 FREITAS, Décio. *Palmares; a guerra dos escravos*. 5, ed. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1984, p. 41-2

a Colônia tivesse conseguido, naquele tempo, uma renda *per capita* como nunca conseguimos até hoje.

Na economia de Palmares os mecanismos eram diversos e chocavam-se com os da economia escravista. Vamos sumariar, aqui, o *que* se produzia e, depois, *como* se produzia na República.

Achamos que no sistema produtivo de Palmares há uma dinâmica constante, começando com uma fase recoletora, fase que, aliás, não desaparecerá nunca, mas permanecerá como forma subsidiária e complementar durante toda a evolução de sua economia. Caça e pesca, fundamentalmente. São recolhidos pelos palmarinos, além de frutas, vegetais medicinais, óleo de palmeira, frutos como jaca, manga, laranja, fruta-pão, coco, abacate, laranja cravo, cajá, jenipapo e outras, nativas, que serviam para sua alimentação. Além disso, a caça era facilitada pela abundância de animais na região: diversas espécies de onças, anta, raposa, veados, pacas, cutias, caetetus, coelhos, preás, tatus, tamanduás, quatis e de inúmeros outros animais, que davam base a uma alimentação abundante, capaz de suprir a população, pelo menos em seu início.

Quanto à *maneira* como se produzia, podemos dizer que era um sistema de trabalho que se chocava com latifúndio-escravista, do tipo *plantation*, que existia na Colônia.

Esta forma de cultura da terra – escreve Duvitiliano Ramos – introduzida nos quilombos, ganha consciência definitiva e afirma-se como característica social em confronto com a relação geral anotada por Blaer. Arruamento, duas fileiras de casas, cisternas um largo para exercícios, a casa grande do Conselho, as portas do mocambo, paliçadas e fortificações. E isto porque entre seus habitantes havia “toda sorte de artífices”⁵.

Continua o mesmo autor:

Disso se deduz que os quilombolas ao repudiar o sistema latifundiário dos sesmeiros adotam a forma do uso útil de pequenos tratos, roçados, base econômica

5 RAMOS, Duvitiliano. A posse útil da terra entre os quilombolas. *Estudos Sociais*. Rio de Janeiro, dez 1958. n. 3-4.

da família livre; que o excedente da produção era dado ao Estado como contribuição para a riqueza social e defesa do sistema; que a solidariedade e a cooperação eram praticadas desde o início dos quilombos; que deve remontar aos princípios do século XVII; que a sociedade livre era dirigida pelos usos e costumes; que não existiam vadios nem exploradores nos quilombos, mas, sim, uma ativa fiscalização como sói acontecer nas sociedades que se formam no meio de lutas, contra formas ultrapassadas de relações de produção; que, em 1697, já existiam nascidos e crescidos, habituados àquele sistema, nos quilombos, três gerações de brasileiros natos, somando provavelmente a população de dezesseis aldeamentos mais de vinte mil indivíduos⁶.

Economia de confronto

Era, como se pode ver, um confronto permanente com o sistema escravista e um exemplo de como o trabalho cooperativo e comunitário era superior àquele que existia onde predominavam os meios de coerção extraeconômicos mais degradantes, como acontece nas sociedades escravistas.

Além de um setor extrator-recoletor, devemos destacar outro, o artesanal, em que eram produzidos cestos, pilões, tecidos grossos, potes de argila e vasilhas de modo geral, para diversos usos. Esse setor artesanal era provavelmente aquele que produz grande parte do material bélico usado: facas, arcos, flechas, lanças e instrumentos venatórios, como armadilhas. Havia, ainda, a fabricação de instrumentos musicais, cachimbos de barro (para fumarem maconha), além de outros objetos para uso cotidiano da comunidade.

Com o aumento progressivo da população de Palmares, sua diversificação maior em vários segmentos que a compunham, essa economia simples foi paulatinamente substituída pela agricultura intensiva, mas diversificada, ficando apenas como atividade complementar seu setor recoletor e mesmo artesanal.

6 Idem, *ibidem*.

Usando técnicas de plantio, regadio e colheita trazidas da África, bem como uma longa experiência agrícola, os palmarinos transformaram-se em agricultores. Posteriormente, veremos como essa mudança no sistema de produção irá alterar os outros níveis organizacionais da República. O certo é que, a partir de determinado momento, Palmares passou a ter uma economia fundamentalmente agrícola, criando excedentes para redistribuição interna e externa da República. Curioso notar que os palmarinos descartaram a economia pastoril apesar das ótimas pastagens que possuíam e da possibilidade de aquisição do gado nas redondezas, ao contrário do quilombo do Ambrósio em Minas Gerais onde o pastoreio era um dos ramos mais importantes da economia.

A base desse trabalho agrícola era a policultura, produzida intensivamente. Plantavam principalmente o milho, que era colhido duas vezes por ano. Depois da colheita, descansavam duas semanas.

Plantavam, ainda, feijão, mandioca, batata doce, banana (pacova) e cana-de-açúcar. Isso constituía a produção fundamental da agricultura palmarina, sendo os excedentes dessa produção distribuído entre os membros da comunidade para as épocas de festas religiosas ou de lazer, armazenado em paióis para os períodos de guerra, ou trocado com os pequenos produtores vizinhos, por artigos de que a comunidade necessitava, mas não produzia, o que levava a um confronto permanente entre a economia de Palmares e a economia do latifúndio escravista.

Um conjunto de quilombos transforma-se em república

Esses mocambos, que ocupavam um território extenso, terminam transformando-se em uma confederação de quilombos e, em decorrência, em uma república.

Analisemos, portanto, como eram as relações de produção que caracterizaram a República de Palmares, surgida dessa confederação de quilombos. Décio Freitas diz que

não há elementos seguros sobre o regime de propriedade da terra entre os palmarinos. Cabe conjecturar que as terras pertenciam a povoação como um todo. A plausibilidade da hipótese provém em primeiro lugar do fato de que os negros traziam da África uma tradição de propriedade coletiva da terra. Em segundo lugar, uma vez que o esgotamento do solo por razões de segurança determinava periodicamente a mudança de toda a povoação para outro sítio, não teria sentido a propriedade privada da terra com todos os seus atributos como compra e venda sucessão etc.⁷.

A dupla verificação, por um lado, de que Palmares se transformou em uma sociedade agrícola abrangente, extensiva à grande maioria de seus mocambos e, por outro, de que a produção era distribuída comunitariamente, leva-nos a outro nível de análise e reflexão.

Quais as modificações estruturais significativas no interior da República, ao passar de simples ajuntamento seminômade, de um punhado de ex-escravos, para uma república com território fixado pela necessidade de produção estável, capaz de alimentar a comunidade? Além da formação de um tipo de Estado e de governo, como veremos depois, foi necessário a formação de um dispositivo militar que resguardasse dos ataques externos a produção coletiva, a vida e a segurança de seus habitantes.

Palmares militariza-se

Para acudir à segurança de um número tão considerável de habitantes num território tão grande, os quilombolas necessitavam desenvolver uma estrutura e uma tática militares, organizar um exército para tal, estabelecer um sistema

⁷ FREITAS, Décio. *Palmares*; a guerra dos escravos. Porto Alegre, Movimento, 1973. p. 44.

defensivo que assegurasse o sossego dos seus moradores. O exército aumentou consideravelmente. Iniciaram-se instruções militares e a construção de fortificações, paliçadas, fossos com estrepes, tudo isso visando à sua defesa. Esse exército era comandado pelo Ganga Muiça. Suas armas eram constituídas de arcos, flechas, lanças, facas produzidas pelo setor artesanal da República e de armas de fogo, tomadas das expedições punitivas, dos moradores vizinhos ou compradas daqueles grupos ou indivíduos com os quais os palmarinos mantinham relações de escambo.

Em face disso, evolui o segmento militar. Passa a adquirir funções mais importantes nas áreas de domínio de prestígio políticos. Daí o aparecimento de uma espécie de casta militar. A guerra de movimento, sustentada por outros quilombos menores, não pôde mais ser continuada em Palmares. As guerrilhas foram transformadas em operações de envergadura e, depois de realizadas as operações militares, tinham um local fixo para voltar. O nomadismo palmarino era somente possível numa economia recoletora. O aparecimento de uma economia agrícola regular determinou, por seu turno, uma reformulação em todo o sistema de defesa da República.

À medida que as atividades agrícolas se desenvolviam, iam sendo transformadas as táticas e técnicas militares palmarinas, objetivando a defesa do patrimônio coletivo. É por tudo isso que essa fração (ou segmento militar) adestrada para defender o patrimônio comum, é que irá se revoltar contra a capitulação de Ganga-Zumba.

Devemos destacar um fato interessante: o aparelhamento militar de Palmares não foi estruturado para defender um tipo de propriedade privada, mas, pelo contrário, para defender as vidas e a propriedade da República em seu conjunto. Daí ter havido a insurreição através de Zumbi e de outros componentes mais jovens do segmento militar contra a capitulação de Ganga-Zumba, capitulação que significaria, em última instância, a destruição de toda estrutura comunitária. Nesse particular, o general Zumbi, ao se insurgir contra ação capitulacionista de Ganga-Zumba e de seus seguidores, estava representando os

interesses e o consenso de toda a comunidade, ameaçada de voltar ao *status* anterior de escravos.

Direito e costumes na República de Palmares

Esse tipo de economia e organização social e militar levará também a que não se corporifique um Direito de propriedade definido e estratificado em códigos. Os crimes que eram punidos severamente, através de um tipo de Direito Consuetudinário (costume) era o adultério, o homicídio e o roubo individual. Mesmo porque, ao que tudo indica, não havia o roubo social, isto é, a desapropriação de bens da coletividade. Como toda propriedade era coletiva, o roubo individual era punido como se fosse uma lesão ao patrimônio de todos. Daí o seu rigor.

Por outro lado, os chefes dos mocambos eram inteiramente autônomos em seu espaço, subordinando-se ao rei apenas em assuntos de maior relevância, como a paz e a guerra. Na divisão dos poderes, havia mocambos como de Subupira, que era o quartel-general da República e ali faziam-se os exercícios militares para a sua segurança. A pena de morte era aplicada nos crimes de traição, como aconteceu com Ganga-Zumba. Quando Zumbi resolveu arriscar a última cartada numa batalha decisiva na capital da República, ao ter contra si alguns chefes militares, mandou passá-los pelas armas.

Na parte de administração pública, podemos ver, no cimo da pirâmide de poder, o rei que exercia poderes ilimitados. Em seguida, vinha o conselho, com representação dos chefes dos diversos quilombos (cidades), os quais, por outro lado, conforme já dissemos, eram autônomos nos seus respectivos redutos. A escolha do rei era eletiva, votada pelo conselho.

O problema de estratificação social interna devia ser muito complexo e seu dinamismo pouco esclarecido ainda. No caso da mobilidade vertical ela poderia ser medida pela passagem de um membro de um estrato para outro, com novo *status* de prestígio (militar, religioso, governamental etc.), ou de escravos que foram trazidos compulsoriamente dos engenhos

para Palmares e que, depois de trazerem outros para o quilombo, se integraram como homens livres na comunidade.

No caso da mobilidade horizontal, esse dinamismo pode ser mensurado pela passagem de um membro de um quilombo para o outro (como, por exemplo, jovens que se deslocavam de seus quilombos para o de Subupira, a fim de receberem instrução militar), ou de Palmares para fora de suas fronteiras, através da fuga.

Quanto aos jovens, não temos nenhuma informação de qualquer ritual de passagem ou cerimônia iniciática capaz de incorporá-los à vida adulta da comunidade. Não descartamos, contudo, a possibilidade de sua existência. O problema da mulher, e, em consequência, o problema do casamento e da família em Palmares merecem ser analisados mais detalhadamente.

Poliandria e poligamia

Palmares reproduzia, dentro de suas fronteiras, a desproporção de sexos existente na população escrava. Isso porque os senhores de escravos preferiam comprar homens jovens a mulheres. Por esse motivo, os traficantes selecionavam essa mercadoria humana de acordo com as preferências dos fazendeiros. Calcula-se que, para cada mulher, havia três ou mais homens (variando de área), fato que irá se refletir na composição por sexos da população palmarina. Por isso, se os palmarinos mantivessem, em suas fronteiras o casamento monogâmico que os senhores impunham em suas fazendas, haveria um desequilíbrio na vida familiar tão agudo que a desarticulação social seria inevitável. Para resolver esse impasse de importância fundamental, os palmarinos resolveram instituir dois tipos fundamentais de organização familiar. Um seria a poligamia e outro, a poliandria.

No primeiro caso, ele seria praticado pelos membros da estrutura de poder. Isto é, a capa dominante, o rei e possivelmente os chefes dos mocambos, teriam direito a várias mulheres. Um documento da época dizia que “o apetite é a regra da sua eleição”. O que não era verdade. Se isso acontecesse haveria

conflitos internos muito grandes. O rei Ganga-Zumba tinha três mulheres, duas negras e uma mulata, e Zumbi teve mais de uma, havendo a hipótese de que uma delas era branca. A instituição da poligamia nessa capa dominante é incontestável.

Mas, em contrapartida, havia a família poliândrica. Era a que funcionava majoritariamente no conjunto da comunidade que não tinha níveis de poder decisório nos assuntos mais importantes. A poligamia em todos os povos onde ela existiu sempre foi privilégio, isto é, mesmo sendo um direito para todos, somente aqueles que tinham condições materiais para usá-lo o exerciam.

Em Palmares, no entanto, isso surgiu em consequência das circunstâncias que os seus habitantes não podiam controlar: a desproporção gritante entre os sexos. Daí a poliandria ter se estabelecido na República. Com esses dois tipos de organização familiar estabeleceram-se mecanismos de equilíbrio para a funcionalidade, sem antagonismos ou conflitos, no *grupo família*. Os estratos políticos e militares que mantinham a direção da sociedade, especialmente o rei, tinham uma família polígama, ao contrário dos outros segmentos e grupos, onde a poliandria era a norma dominante.

Décio Freitas, ao abordar o problema, escreve que,

para preservar a coesão social, instituiu-se o casamento poliândrico. As referências a esse tipo de casamento são inúmeras, mas as mais minuciosas são as de um documento de 1677.

Sucedo que um certo Manuel Inojosa – o patronímico aparece também grafado como Jojosa – laureado exterminador de índios e de negros, grande proprietário de terras e de escravos, aspirava apaixonadamente a glória de destruir Palmares. Nesse intuito, apresentou a Coroa vários planos. Para colher informações, infiltrou um dos seus escravos em Palmares em troca de promessa de alforria. O negro viveu entre os palmarinos pelo espaço de seis meses, para, afinal, fugir e transmitir ao amo o quanto vira em Palmares. Manuel de Inojosa mandou fazer um “papel” sobre o relato do negro e o enviou ao rei de Portugal. Não se conhece a íntegra desse documento,

mas apenas o resumo constante de uma “consulta” do Conselho Ultramarino. Aqui o trecho que alude à poliandria:

“[...] que cada negro que chega ao mocambo fugido de seus senhores logo é ouvido pelo conselho de justiça que tem que saber de suas tenções porque são grandemente desconfiados, nem se fiam só do fato de ser negro que se apresente; que tanto se certificam das boas intenções do negro que chega lhe dão mulher a qual possuem junto com outros negros, dois, três, quatro e cinco negros, pois sendo poucas as mulheres adotam esse estilo para evitar contendias; que todos os maridos da mesma mulher habitam com ela o mesmo mocambo, todos em paz e harmonia, em arremedo de família, mas próprio dos bárbaros sem as luzes do entendimento e a vergonha que a religião impõe; que todos esses maridos se reconhecem obedientes à mulher que tudo ordena na vida como no trabalho; que cada uma dessas chamadas famílias os maiores, em conselho dão uma data de terra para que a cultivem e isso o fazem a mulher e os seus maridos [...] que à guerra acodem todos nos momentos de maior precisão, sem exceção das mulheres que nessas ocasiões mais parecem feras que pessoas do sexo”.

Décio Freitas conclui por isto que a

família constituía, pois, a unidade social fundamental. O parentesco se estabelecia por linha materna. O mocambo, como um todo, constituía a unidade habitacional e política⁸.

Teria havido um matriarcado em Palmares? Décio Freitas acha que não. Mas Joaquim Ribeiro exagera os traços de matriarcado existentes entre os negros brasileiros para referir-se a um matriarcado africano, partindo da afirmação de que o quilombo não era uma expressão de luta contra a escravidão. Para ele,

o quilombo (e esta é a sua verdadeira significação histórica) é uma reação contra a cultura dos brancos, contra os seus usos e costumes; é a restauração da

8 FREITAS, Décio. *Palmares; a guerra dos escravos*. 5. ed. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1984. p. 39-9.

velha tribo afro-negra nas plagas americanas; é a ressurreição do organismo político tribal; é o retorno, sobretudo, ao seu fetichismo bárbaro [sic]⁹.

Daí a poliandria de Palmares e os seus vestígios no Nordeste serem frutos dessa *regressão cultural*. Para ele, a

poliandria da escrava negra é uma sobrevivência do matriarcado originário. E foi esse resíduo matriarcalista que favoreceu, através das relações sexuais entre brancos e negras, a atenuação da luta entre o senhor e o escravo¹⁰.

Essas interpretações fantasiosas, baseadas na *cultur história* como ele denomina seu método, poderá provar tudo porque não prova nada. Tanto a poligamia como a poliandria em Palmares têm sua origem na dinâmica social da comunidade, em sua composição por sexo e nas soluções estruturais que seus habitantes encontraram para conseguir seu equilíbrio sexual e social.

O que não podemos aceitar é reduzir a dinâmica social a simples regressão cultural, o que não faz sentido.

Religião sem casta sacerdotal

Para a maioria dos estudiosos de Palmares a religião aí existente era formada por um sincretismo no qual entram o catolicismo popular e as crenças africanas, principalmente bantos. Acrescentamos, agora, a influência de religiões indígenas, que tão bem se fundiram às religiões bantos, dando, inclusive, na Bahia, o “candomblé de caboclo”.

Para Rocha Pitta, os palmarinos eram “cristãos cismáticos” e explica por que isso, no seu entender, era verdadeiro:

De católicos não conservavam já outros sinais que a Santíssima Cruz, e algumas orações mal repetidas, e mescladas com outras palavras e cerimônias por

9 RIBEIRO, Joaquim. *Capítulo inéditos da história do Brasil*. Rio de Janeiro, Organização Simões, 1954. p. 126-7.

10 Idem, *ibidem*, p. 102.

eles inventadas, ou introduzidas das superstições da sua Nação; com que, se não eram idólatras, por conservarem sombra de cristãos, eram cismáticos, porque a falta de Sacramentos e de Ministros da Igreja, que eles não buscavam, pela sua rebelião, e pela liberdade dos costumes, em que viviam, repugnantes aos preceitos da nossa Religião Católica, os excluía do consórcio, grêmio e número de fiéis¹¹.

Édison Carneiro, no primeiro trabalho de revisão histórica da República de Palmares, afirma que

os negros [de Palmares] tinham uma religião mais ou menos semelhante à católica, o que se explica pela pobreza mítica dos povos bantos a que pertenciam e pelo trabalho de aculturação no novo *habitat* americano. No mocambo do Macaco, possuíam uma capela, onde os portugueses encontraram três imagens, uma do Menino Jesus “muito perfeita”, outra da Senhora da Conceição, outra de São Brás [...] Os palmarinos escolhiam um dos seus “mais ladinos” para lhes servir de sacerdote, especialmente para as cerimônias do batismo e do casamento, mas provavelmente também para pedir o favor celeste para as suas armas [...] Não era permitida a existência de feiticeiros no quilombo¹².

Carneiro refere-se, ainda, a uma dança que, segundo Barléus, era praticada em conjunto e se prolongava até à meia-noite, batendo-se com os pés no chão “com tanto estrépito que se podia ouvir de muito longe”¹³.

Parece-nos que essa “dança” devia ser alguma cerimônia derivada das religiões africanas e indígenas, pois tudo leva a crer que era uma manifestação coletiva do mundo religioso além dos negros, também de elementos de outras etnias que compunham a República, como índios e brancos. Parece-nos que Édison Carneiro subestimou um pouco esse elemento na

11 ROCHA PITTA, Sebastião da. *História da América portuguesa*. Salvador, Progresso, 1950, p. 296-7

12 CARNEIRO, Édison. *O quilombo dos Palmares*, cit., p. 42-3.

13 Idem, *ibidem*.

análise que fez das práticas religiosas de Palmares. Até hoje, segundo informação que conseguimos em Maceió, a população de União dos Palmares acredita ouvir, de vez em quando, esses batuques de negros, no cimo da Serra da Barriga.

Quanto à interpretação de Décio Freitas sobre o tipo de religião que era praticado em Palmares, vejamos como ele se expressa:

A religiosidade palmarina combinava fragmentos de crenças africanas e do cristianismo dos brancos. Não apenas na serra da Barriga, mas, depois, nas demais povoações palmarinas, as Imagens das divindades africanas partilhavam altares com as de Jesus, Nossa Senhora da Conceição e São Brás. Se bem que os documentos aludem seguidamente a sacerdotes palmarinos, nada dizem sobre a sua importância política e social. Não há indicações de que formassem uma casta poderosa ou sequer influente. De resto, as rebeliões negras oferecem a singularidade de não assumirem nunca um cariz profético ou messiânico, ao contrário do que sucedeu sempre nas rebeliões dos livres pobres¹⁴.

Achamos, por tudo isso, que a execução do sagrado era praticamente comunitária. Não havia um sacerdócio com rituais iniciáticos, uma *carreira* com diversos níveis hierárquicos, que garantisse ao iniciado o monopólio do sagrado. Pelo contrário. Para Édison Carneiro, os feiticeiros eram proibidos de agir em Palmares. Assim, a prática religiosa era executada mais por pessoas escolhidas ocasionalmente, os “ladinos mais expertos”, segundo ele, que não se identificavam com o sagrado através de ritos de iniciação. O eventual prestígio adquirido durante o culto desaparecia depois de sua realização. O que se pode deduzir é que os atos religiosos em Palmares eram uma comunhão coletiva com o sobrenatural.

Epílogo de sangue

14 FREITAS, Décio, Palmares ..., 5 ed., p. 42-3.

Essa estrutura de economia igualitária e comunitária não podia continuar existindo no contexto do escravismo latifundiário da Colônia. Contra ela uniram-se a Igreja, os senhores de engenho, os bandeirantes, as estruturas do poder colonial, as tropas mercenárias, criminosos com promessa de liberdade e, finalmente, toda a estrutura escravista que não desejava a continuidade de Palmares, bem como setores cooptados através de promessas, para destruírem essa República

O que a levou a ser condenada e extinta foi sua estrutura comunitária, que se chocava com o sistema baseado no escravismo. Aqui, parece-nos, é que está a chave do problema: Palmares foi a negação, pelo exemplo de seu dinamismo econômico, político e social, da estrutura escravista-colonialista. O seu exemplo era um desafio permanente e um incentivo às lutas contra o sistema colonial em seu conjunto. Daí Palmares ter sido considerado um valhacouto de bandidos e não uma nação em formação. A sua destruição, o massacre da serra da Barriga, quando os mercenários de Domingos Jorge Velho não perdoaram nem velhos nem crianças, o aprisionamento e a eliminação de seus habitantes e, finalmente, a tentativa de apagar-se da consciência histórica do povo esse feito heroico foram decorrência de sua grande importância social, política e cultural.

Sua destruição foi, por isso mesmo, festejada com as pompas de uma guerra vitoriosa. O governador Melo e Castro comunicava ao Reino o feito, dizendo que

a notícia da gloriosa restauração dos Palmares, cuja feliz vitória, se não avalia por menos que a expulsão dos holandeses, e, assim foi festejada por todos os povos com seis dias de luminárias, sem que nada disso se lhes ordenasse¹⁵.

Dessa forma, quando Ganga-Zumba procurou um acordo com as estruturas de poder opressoras do colonialismo, entrando em acordo com representantes do quilombo, em 1678, a comunidade palmarina teve reservas de dinamismo interno

15 Documento transcrito por Ernesto Ennes. In: – *As guerras dos Palmares*. São Paulo, Nacional, 1938. t. 1, p. 106.

para reagir e colocar-se contra tal atitude e reestruturar social, política, ideológica e militarmente a luta.

Zumbi, por isso mesmo, não apareceu por acaso. Foi a síntese da capacidade de organização, de mobilização e de resistência da República, o seu herói-símbolo, porque sintetizou, na sua biografia, a biografia de seu povo, pelo qual deu a vida¹⁶.

Assim, até hoje, os moradores de União dos Palmares ouvem (através da acústica do passado mítico), nas noites silenciosas, a dança dos negros que a partir de 1630 ocuparam a serra da Barriga. E, atualmente, ainda cantam, naquela região, o *Auto dos quilombos*:

Folga Negro
Branco não vem cá
Se vier pau há de levar...
Folga Negro
Branco não vem cá
Se vier
O diabo há de levar!

REPÚBLICA DE PALMARES

Esquema das cidades (mocambos) de Palmares e sua capital

16 Ver, a esse respeito: SANTOS, Joel Rufino dos. *Zumbi*. São Paulo, Moderna, 1985.

CIDADES	MACACO (Capital)	Mocambo de Zumbi
		Mocambo de Acotirene
		Mocambo das Tabocas I
		Mocambo das Tabocas II
		Mocambo de Dambramba
		Cerca (fortaleza) de Subupira
		Mocambo de Osenga
		Cerca (fortaleza) de Amaro
		Palmar (cidade agrícola) de Andalaquituche
		Mocambo de Aqaltune (mãe de rei)

Além de outros de “menor conta e menor gente”.

Fonte: CARNEIRO, Édison . *O quilombo de Palmares...*, cit. Duvitiliano de Carvalho fala em “dezesesse cidades”, mas não indica a fonte.

ARTICULAÇÃO INTERNACIONAL DA QUILOMBAGEM

O historiador norte-americano Herbert Aptheker, no seu livro *American Negro slave revolts*, afirma que um dos sentimentos dominantes entre os senhores durante a escravidão é o medo. Isto é, as classes dominantes, os senhores de escravos, vivem em permanente sobressalto, esperando, a qualquer momento, a revolta dos escravos. Aptheker exemplifica, detalhadamente, esse temor das classes escravistas dos Estados Unidos em várias áreas como Nova York, Tennessee, Virgínia, Carolina do Norte, Carolina do Sul, Geórgia, Louisiana e Texas. Esse temor se refletirá, inclusive, no conteúdo de diversos livros eruditos. As estruturas militares também sofrem desse estado de medo permanente.

Será que no Brasil não houve, também, essa *síndrome do medo*, entre aqueles que constituíam a classe senhorial?

Uma das constantes que encontramos, inclusive em documentação abundante entre a Metrópole e as autoridades da Colônia, é o medo de que os escravos entrassem em contato com os que se sublevaram em outras nações. Os nossos pensadores históricos, no particular, não fogem à regra.

Em 1798, uma carta régia ordenará vigilância com o navio *Le Diligent* o qual, segundo ela, sob a alegação de procurar nos mares do Sul o explorador La Pérouse, tinha como objetivo

introduzir no Brasil “o espírito de liberdade que reinava na França”. Segundo Octavio Tarquínio de Souza,

na Bahia em 1798 [havia] muita gente interessada no desenvolvimento da política europeia, e a exemplo do Rio de Janeiro, gente das mais diversas condições sociais [...] Mais nada prova que os “abomináveis princípios franceses” haviam conquistado terreno mais vasto do que sua infiltração em homens do povo, inclusive escravos. A repressão ao gorado movimento baiano de 1798 foi quase que especificamente ao delito de francesia¹.

Nesse particular, os autos da devassa da Inconfidência Baiana são ricos em pormenores. No interrogatório de Luis da França Pires (pardo escravo), ele afirma que recebeu

um recado de parte de Manuel Faustino dos Santos Lira, dizendo-lhe que queria falar com o mesmo Manuel Faustino, o qual recado recebera no Unhão donde logo viera ter com o dito Manuel Faustino que lhe fez a pergunta seguinte – se ele declarante estimava a liberdade a ser forro? – e dizendo lhe que sim – lhe tornou o mesmo Manuel Faustino, – Que estava projetando um levantamento nesta cidade, o qual se executava daí a um ou dois meses, a fim de serem libertos todos os pretos e pardos e viverem em uma igualdade tal que não haveria distinção de seres, e assim viveriam todos contentes; e devia ele declarante ter uma espada para nesse dia defender o partido do levante; e a causa da escravidão em que viviam os pretos e pardos, nesta cidade nascia da Igreja, de quem se deve queixar; e que o grande Bonaparte não tardaria aqui quatro meses a defender com grande armada o partido da liberdade².

Como vemos, os ideais de igualdade da Revolução Francesa chegaram até os escravos brasileiros. Daí, também,

1 TARQUÍNIO DE SOUZA, Octávio. *O meio intelectual na época da Independência*. Literatura, Rio de Janeiro, 1(1),1946.

2 AUTOS da devassa do levantamento e sedição internados na Bahia. Bahia, imprensa oficial, 1959. 2 v., v. XXXV (1), p. 71.

o rigor das sentenças contra os seus principais implicados, todos elementos da plebe, muitos deles escravos. O conteúdo francamente abolicionista, a influência das ideias liberais da França pós-revolução, são sempre colocados nos documentos apreendidos e nas declarações de seus líderes. Isso explica, por outro lado, a grande participação de pardos e escravos no movimento. João Nascimento era pardo, Manuel Faustino dos Santos, pardo livre; Inácio da Silva Pimentel, pardo livre; Luís Gama da França Pires, pardo escravo; Vicente Mina, negro escravo; Inácio dos Santos, pardo escravo, José, escravo de D. Maria Francisca da Conceição. Cosme Damião, pardo escravo; José do Sacramento, pardo alfaiate; José Félix, pardo escravo, Filipe e Luis, escravos de Manuel Villa de Carvalho; Joaquim Machado Pessanha, pardo livre; Luis Leal, pardo escravo; Inácio, Manuel José e João Pires, pardos escravos; José de Freitas Sacoto, pardo livre, José Roberto de Santa-Ana, pardo livre; Vicente, escravo, Fortunato da Veiga Sampaio, pardo forro; Domingos Pedro Ribeiro, pardo; o preto jeje Vicente, escravo; Gonçalo Gonçalves de Oliveira, pardo forro; José Francisco de Paulo, pardo livre; Félix Martins dos Santos, pardo, tambor-mor do Regimento Auxiliar.

Os principais implicados na liderança do movimento tiveram sentença rigorosíssimas. Luis Gonzaga das Virgens foi condenado a morrer na forca e ter pés e mãos decepados e expostos em praça pública; João de Deus do Nascimento, Lucas Dantas, Manuel Faustino dos Santos Lira foram sentenciados à forca e ao esquartejamento, ficando seus corpos expostos em lugares públicos. Igual sentença foi proferida contra Romão Pinheiro, com a agravante de serem os seus descendentes considerados infames (posteriormente a sua pena foi atenuada para degredo). O escravo Cosme Damião foi banido para a África. O pardo escravo Luís da França Pires, que conseguiu fugir foi condenado à morte, dando a Justiça direito a qualquer pessoa que o encontrasse de matá-lo.

Finalmente, no dia 8 de novembro de 1799 foram executados na praça da Piedade. Lucas Dantas e Manuel Faustino não aceitaram a extrema-unção que um padre

franciscano lhes oferecera. Foram os quatro executados, depois de ter saído o cortejo do Aljube onde se encontravam, até a praça da Piedade.

Terminava, assim, em sangue e derrota a primeira tentativa de escravos, pardos forros e oprimidos de modo geral que se apoiaram no ideário da Revolução Francesa para conseguirem a liberdade.

Ah! O perigo de São domingos!

As grandes sublevações dos escravos haitianos, na parte francesa da ilha de São Domingos – das quais resultou a independência do Haiti e o extermínio de toda a população branca ali residente – repercutiram internacionalmente, de modo especial naqueles países ou regiões onde havia a escravidão negra. O temor de que o rastilho da revolta se propagasse por outros países ou colônias colocou em pânico as autoridades das metrópoles que ainda mantinham a escravidão em suas colônias. “As cenas de São Domingos”, como se referiam ao fato, determinaram uma série de medidas acauteladoras por parte dessas autoridades. A correspondência sobre o assunto é abundante. E no Brasil, em particular, o medo se desenvolveu à medida que avançavam as lutas dos escravos aqui

Varnhagen, por exemplo, faz uma ligação entre as ideias “incendiárias” que alimentaram a Inconfidência Baiana de 1798 e o movimento dos escravos do Haiti. Diz ele:

Como se não fosse bastante escarmento tudo quanto em França acabava de suceder, ao som desse grito, não faltaram na Bahia espíritos exaltados que de novo o invocaram; – esquecendo-se de que, quando em uma província com tanta escravatura, a sua generosidade lograsse triunfo, libertando a todos os escravos, como prometiam, depressa, como se viu no Haiti. seriam vítimas destes, desenfreados em muitíssimo maior número³.

3 VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História geral do Brasil*. 5... Ed. São Paulo, Melhoramento, 1956. t. 5, p. 24.

Em 1817, no Recife, ao referir-se à situação de inquietação dos escravos pernambucanos o comodoro inglês Bowles dizia que ela poderia “resultar na expulsão de todos os brancos deste Continente e no estabelecimento de uma segunda São Domingos nos territórios brasileiros”⁴.

Haveria, porém, motivos concretos para esses temores por parte das autoridades e dos senhores de escravos?

Parece que sim, ou melhor, a resposta é afirmativa. Ainda no Recife, em 1824, há uma revolta de mulatos e de escravos dos engenhos. Seu líder é Emiliano Mandurucu, que lançou aos pardos e ao povo em geral um manifesto em versos onde reconhece a inspiração haitiana de seu movimento:

Qual eu imito Cristóvão
Esse imortal haitiano,
Eia! imitar o seu povo
Ó meu povo soberano.

Aqui cabe uma reflexão sobre o manifesto. Será que o autor ao referir-se a Cristóvão como *imortal* já sabia da sua morte? Porque o rei Cristóvão, do Haiti, suicidara-se em 1820, no palácio de Sans-Souci, em Milot, construído no cimo de uma montanha. Essa *imortalidade* de Cristóvão em 1824, quatro anos depois de sua morte, não significará, de um lado, a informação dessa morte, e, de outro, a sua transcendência através da convicção de sua imortalidade? É um problema de difícil resposta.

Imediatamente após esse levante o major Agostinho Bezerra enviou, a fim de dar combate aos escravos sublevados, um batalhão que frustrou pelas armas os intentos de Emiliano Mundurucu e seus adeptos. Os versos pertencem hoje ao folclore da região.

Ainda na revolução de 1817, em Pernambuco, o fantasma de São Domingos é levantado. Luís do Rego Barreto escrevia para a Metrópole dizendo:

Não foram todos os negros, nem todos os Mulatos

4 MOTTA, Carlos Guilherme. *Nodeste 1817*. São Paulo, perspectiva, 1972. p. 43.

os que tomaram o partido dos rebeldes e se uniram a eles; porém dos homens destas cores, aqueles que abraçaram a causa dos rebeldes, a abraçaram de um modo excessivo, e insultante, e fizeram lembrar as cenas de São Domingos. Os homens mais abjetos desta classe, os mesmos, mendigos, insultaram seus antigos benfeitores, seus senhores ou senhoras, e se prometiam com todo despojo de uma senhora como acontecimento infalível⁵.

Por outro lado, havia o cuidado de se preservarem os movimentos liberais de qualquer semelhança do que acontecera no Haiti. Falando da Sabinada, na Bahia, ocorrida em 1837, um defensor de Sabino Vieira afirma, por isso, que ele era um republicano convicto, para diferenciá-lo dos monarquistas, pois, para ele

Na pequena República do Haiti, tentaram mas não vingou o sistema de governo monárquico, apesar dos Barões de Limonada, Visconde de Marmelada, e etc. que tanta hilariedade provocou nas cortes europeias⁶

Era a profilaxia dos liberais escravistas contra qualquer contaminação com o movimento e a independência do Haiti. A ressonância desse movimento encontra-se em manifestações de insubmissão da plebe. O historiador José Octávio escreve que o motim de Pedroso, de 1823, foi “vagamente inspirado nas rebeliões negras do Haiti”⁷.

No entanto, houve uma conexão mais próxima entre os líderes da revolução haitiana e os escravos brasileiros. O processo revolucionário haitiano inicia-se em 1791 (embora antes houvesse vários atos de rebeldia) e é concluído em 1804, quando Jacques Dessalines, africano da Guiné ex-escravo,

5 Apud FREYRE, Gilberto. *Nordeste*. Rio de Janeiro. José Olympio, 1937. p. 243.

6 PRAGUER, Henrique. *A Sabinada: episódio histórico da província da Bahia*. Revista do Inst. Geográfico e Histórico da Bahia, n.47. p. 49 et seqs

7 OCTÁVIO, José. *Violência repressão no Nordeste*. Edição do Governo da Paraíba, 1985. p. 28-9.

proclama definitivamente a independência daquela parte da ilha. Um ano depois (1805), segundo Luiz R. B. Mott

O Ouvidor do Crime mandara arrancar dos peitos de alguns cabras e crioulos forros o *retrato de Dessalines*, Imperador dos Negros da ilha de São Domingos. E o que é mais notável era que estes mesmos negros estavam empregados nas tropas da Milícia do Rio de Janeiro, onde me cobravam habilmente a artilharia⁸.

Não se pode negar, portanto, a existência de uma conexão entre os negros revolucionários do Haiti e os escravos e os crioulos forros do Brasil. Mott coloca algumas questões, analisando o documento:

Onde teriam sido feitos os tais “retratos”? No próprio Haiti ou no Brasil? Se na própria ilha de São Domingos, quem os teria trazido para a América do Sul? De que material seriam tais “retratos”; pintura a óleo sobre metal, ou escultura em concha bicolor à maneira de camafeu?⁹

É para se refletir sobre o assunto, porque à época em que o fato foi registrado a impressão de qualquer gravura era quase impossível no Brasil, pois as pouquíssimas tipografias existentes viviam sob severa vigilância. A revolução do Haiti era, portanto, conhecida e admirada pelos escravos negros. De acordo com o mesmo autor, em, Itapoã, na Bahia

há uma sublevação de escravos empregados nas pescarias. Depois de sufocada a revolta, com um saldo de 13 brancos e 56 negros assassinados, os comerciantes baianos escreveram ao Governo Central, denunciando que os negros falavam abertamente de suas revoltas, comentando os acontecimentos do Haiti. Chegavam ao ponto de dizer que em São João

8 Apud MOTT, Luiz R. B. Brancos, pardos e pretos em Sergipe; 1825-1830. *Anais de História*, ano 6, 1974.

9 Idem. a Revolução dos negros do Haiti e o Brasil. *Mensário do arquivo nacional*, n. 145, Jan./fev. 1982.

não haveria sequer um branco ou mulato vivos¹⁰.

Conexão em Sergipe

Em Sergipe, podemos notar que o *movimento de São Domingos* teve uma ressonância maior. Ainda segundo Luiz Mott,

a primeira contestação surgiu na vila das Laranjeiras, principal centro comercial de Sergipe, onde havia a maior colônia lusitana desta província. A vila amanhece certo dia, 26 de Junho de 1824, cheia de pasquins – pequeninos pedaços de papel grudados com cera de abelhas nas portas dos locais mais destacados – com os seguintes dizeres:

“VIVAM MULATOS E NEGROS
MORRAM OS MAROTOS E CAIADOS”

Este outro pasquim – enviado ao Governador das Armas de Sergipe, descreve com cores vivas, os acontecimentos que culminaram na divulgação dos referidos pasquins.

“Senhor governador das Armas.
ALERTA. Uma pequena faísca faz um grande incêndio.

O Incêndio já foi lavrado. No jantar que deram nas Laranjeiras os “Mata Caiados” se fizeram três saúdes: primeira a extinção de tudo quanto é do Reino, a quem chamam de “marotos”; a segunda a tudo quanto é branco no Brasil, a quem chamam de “caiporas”; a terceira a igualdade de sangue e de direitos. Que tal alegria é bem alerta.

Um menino R... irmão de outro bom menino, fez muitos elogios ao Rei do Haiti, e porque o não entendiam, falou mais claro: São Domingos, o Grande São Domingos. Não houve manobra. Vossa Exa. tome cuidado. Os homens de bem confia em Vossa Exa. Só querem religião, Trono e Sistema de Governo jurado no dia 6 de julho.

10 Idem, *ibidem*.

Philoordínio”¹¹.

O medo de uma sublevação igual à do Haiti tomava corpo entre os senhores de escravos e seus seguidores sergipanos. Em 1828, um anônimo que se assina “Um Cidadão” escreve ao jornal *Soldado da Tarimba*, acusando Antônio Pereira Rebouças de sedicioso e organizador de um movimento igual ao que acontecerá no Haiti. Diz ele no documento:

Sobremaneira maravilhado, que o rábula A. P. Rebouças, outrora Secretário do Governo da Província de Sergipe, perseguidor de todos os seus honrados habitantes, com especialidade dos que pela pureza, riqueza, representação civil, ou militar ofuscavam seu caráter invejoso, turbulento, e inimigo de quanto é boa ordem; e onde fora acusado pela voz pública de ser cabeça de revolta dos negros forros e cativos, a qual tinha por objeto o massacre geral dos brancos, e a instituição do horroroso sistema da Ilha de São Domingos: sendo como tal pronunciado na Devassa a que ali se procedeu por semelhante motivo, cuja pronúncia foi sustentada nesta Relação por quatro dos mais inteligentes Ministros: tendo sido (coisa espantosa!!!) absolvido por falta de prova por outros quatro, em cujo número assinou vencido o Juiz Relator, cujo voto é sempre o de mais peso consideração em qualquer processo; sobremaneira, digo, maravilhoso que um tal indivíduo bem longe de procurar por uma nova linha de conduta fazer esquecer a torpeza do passado, prevalecendo-se do ofício de rábula, insulta em nome das partes as autoridades constituídas por meio de façanhosos requerimentos e (assinando-se Catão) o chefe da guerrilha demagógica do Direito Constitucional veículo por onde há muitos anos se deprimem caluniam aqueles perante o povo, tática favorita de todas as épocas e nações¹².

Não satisfeito em denunciar Rebouças como adepto do regime de São Domingos e anarquista, o denunciante

11 Apud Mott, Luiz R. B. Brancos, pardos ..., cit.

12 SENHOR redator do *Soldado da Tarimba*. Panfleto publicado na tipografia da Viúva Serva e Filhos em 1828.

mandou tirar certidão de testemunhas de acusação contra o rábula baiano. Para pedir tal documento teve de identificar-se: Gervásio Batista. No depoimento do processo movido contra Rebouças, uma das testemunhas, o alferes José Sulério de Sá Júnior, depois de acusar vários membros da família Fuão, entre eles um

“Fuão de tal, crioulo, casado e morador na povoação de Rosário, e Álvares, comandante da Companhia dos Henriques, de ter convocado pelos engenhos e fazendas a pretos cativos para pelo Natal do corrente ano se levantarem contra seus soldados,” termina dizendo que a causa de “toda essa revolução é o Secretário do Governo da Província o pardo Antônio Pereira Rebouças que dá todo o auxílio para ela¹³.

De igual conteúdo é o depoimento de outra testemunha de acusação, o capitão-mor José da Trindade Pimentel, branco, morador em seu Engenho Bandeira, que reiterou as acusações contra vários membros da família Fuão, entre eles o comandante da Companhia dos Henriques, que “convocou pretos cativos e forros, para se levantarem contra seus senhores e os matarem”. Depois de descrever as “falas” do “pardo Fuão” conclui que

sabe mais por ser público que o Secretário do Excelentíssimo Governo da Província. Antônio Pereira Rebouças, é o motor de toda a revolução da Província, dando todo o auxílio para ela e apaziguando em sua casa a todos os revolucionários e que este já na povoação de Laranjeiras sairá em mangas de camisa, gritando em vozes altas, morram os brancos e queixadas brancas e vivam os pardos pretos e o sistema de São Domingos¹⁴.

Outra testemunha, o capitão Francisco Vieira de Melo, também afirma que Rebouças era o chefe do movimento, pois

13 Ibidem.

14 Ibidem.

“Ihe dá todo auxílio e apaziguando-os na sua casa e fazendo que eles triunfem¹⁵.

Na mesma linha de acusação, a testemunha coronel Sebastião Gaspar de Almeida Botto, depois de insistir sobre a responsabilidade do crioulo Fuão, que “tratava de convocar a pretos e cativos e forros para pelo Natal do corrente ano se levantarem e matarem tudo quanto fosse branco, e aclamarem a República” declara, igualmente, que o

agente desta sedição é o Secretário do governo, digo, o Secretário do excelentíssimo governo da Província Antonio Pereira Rebouças e sabe mais que ele testemunha, por ser público que este Secretário na Povoação de Laranjeiras gritar em altas vozes, morram os brancos e os queixadas brancas, vivam os pardos e o sistema de São Domingos¹⁶.

O coronel Antônio Luis de Araujo Maciel, depois das habituais acusações ao crioulo Fuão, afirma que ele foi à povoação de Rosário e lá andou com muitos vivas ao Secretário do Governo, e ao bom sistema dele, cujo sistema foi ir o mesmo Secretário à povoação das Laranjeiras e andar lá gritando, “viva os pardos e pretos do sistema da ilha de São Domingos e morram os brancos e desde então, por causa dele é que há na Província revolução”¹⁷.

Esse movimento de intelectuais, de pardos, de elementos do corpo dos Henriques, de forros e de negros escravos, tinha como objetivo, ou pelo menos propunham os seus líderes, instalar um governo, em Sergipe, igual aquele que os negros instalaram no Haiti. O movimento em Sergipe aconteceu em 1824, tendo o processo contra Rebouças terminado em 1825.

No entanto, ao que parece, a ressonância da revolução do Haiti e sua conexão com os escravos, camadas, segmentos e grupos oprimidos no Brasil não se esgotou nesse episódio de Sergipe.

15 Ibidem.

16 Ibidem.

17 Ibidem.

Tanto isso é verdade que, em 1831, seis anos depois, portanto, daquilo que poderemos chamar de “o episódio sergipano”, o Desembargador Encarregado da Polícia da Corte do Rio de Janeiro, Pedro Antônio Pereira Barreto enviava elucidativo ofício ao ministro da Justiça sobre essa conexão. Diz o policial daquele ministério ter recebido ofício daí proveniente relativo aos pretos da ilha de São Domingos que desembarcaram no Rio de Janeiro com missão política. Diz o documento:

Relativo aos pretos da ilha de São Domingos que aqui existem, informo que ordenei ao comandante da Polícia a sua apreensão. Conseguiu-se prender Pedro Valentim, que residia na hospedaria das Três Bandeiras. Tenho continuado na diligência de apreender o outro, que consta que é clérigo e fui informado que foi visto ontem na rua dos Tanoeiros, em meio de muitos pretos, não sendo porém encontrado quando foi mandado prender¹⁸.

Como vemos, houve, de um lado, o medo da classe escravista, senhorial, diante da revolução haitiana, isto é, a *síndrome do medo*, mas, por outro lado, não se pode mais negar a existência de uma conexão ideológica (embora imprecisa) e de contatos diretos entre os escravos rebeldes brasileiros e os militantes daquela revolução.

União dos quilombolas com os *marrons* das Guianas

Nesse contexto de uma conexão entre os quilombolas brasileiros com grupos ou com pessoas de outros países, isto é, a conexão internacional da quilombagem, devemos destacar, pela sua importância e pela sua pouca divulgação, a que houve entre os negros rebeldes da região amazônica com os negros da Guiana Francesa e da então Guiana Holandesa, especialmente com os da primeira.

O perigo dos marrons das Guianas era uma expectativa permanente das autoridades. Em carta de José Venâncio de

18 Apud MOTT, Luiz R. B. Brancos, pardos..., cit.

Seixas para D. Rodrigo de Sousa Coutinho, datada de 20 de outubro de 1798, diz ele:

Há alguns anos se tem ido formando acima da vila de Cachoeira um quilombo de negros fugidos e ultimamente se forma outro ainda mais perigoso a 5 ou 6 léguas de distância d'esta cidade. A deserção dos escravos tem sido ainda agora mais do que nunca excessiva e V. Excia. não ignora o que têm feito os negros marrons nas colônias francesas e holandesas. O mesmo se pode reear vindo os Quilombos a crescer se não forem destruídos antes que tomem consciência¹⁹.

A constatação do perigo desse contato entre os negros revoltados do Brasil e os das Guianas é destacado em diversos documentos. Tavares Bastos, analisando não apenas esse perigo da união dos escravos rebeldes do Brasil com pessoas e/ou grupos de países nos quais a escravidão não mais existia, afirmou:

As províncias do Amazonas, Pará, Mato Grosso, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, limitadas pelos países circunvizinhos (Guiana Francesa, Inglesa e Holandesa e Venezuela, Nova Granada, Peru, Bolívia, Paraguai, República Argentina e Uruguai) em nenhum dos quais se permite a escravidão, são, justamente, por isso, perigos permanentes para a tranquilidade interna e para a defesa do Estado. Na última guerra com o governo de Montevidéo, e na atual com o Paraguai os chefes das forças inimigas traziam sempre a missão de sublevar os escravos do Rio Grande; e ninguém ignora que este recurso, posto que bárbaro, se fosse eficaz causar-nos-ia grandes desastres. A escravidão nas províncias fronteira é pois, na realidade, gravíssimo elemento de fraqueza militar. Além disso, em tempo de paz, a fuga de escravos para os territórios vizinhos, e outros fatos promovem conflitos e amargura algumas de nossas questões internacionais. Ainda há pouco noticia-se do Norte

19 Apud Salles, Vicente. *O negro Pará*. FGV/ UFPA, 1971. p. 205.

a fuga de escravos do alto Amazonas para o território do Peru, e uma considerável evasão de outros do Pará para a Guiana Francesa²⁰.

Como podemos ver, havia uma preocupação constante por parte dos senhores de escravos, do governo e dos políticos brasileiros sobre as zonas fronteiriças, onde os escravos poderiam ficar e usar as fronteiras taticamente para fugir do território nacional. Tais fatos criavam problemas diplomáticos com os países vizinhos. Ainda Tavares Bastos escreve que

as discussões que provocam a extinção de escravos evadidos da fronteira do Rio Grande do Sul, as questões têm originado, a série de reclamações do governo oriental contra o brasileiro, renovadas ainda recentemente em 1864, as dificuldades de se cumprirem tratados de extradição, o constrangimento que a sua execução produz, e os abusos dos rio-grandenses que nas suas estâncias do Estado Oriental querem conservar escravidão ainda que dissimulada sob a forma de contratos de engajamento com prazos enormes (10, 15 e vinte anos); tudo isto conspira para abolir escravidão na grande Província fronteira do Sul²¹.

Esse perigo, “gravíssimo elemento de fraqueza militar”, segundo Tavares Bastos, irá refletir-se mais agudamente na região amazonense. Os escravos fugidos daquela área se deslocarão para a Guiana Francesa, preferencialmente, onde conseguirão asilo. Há, aí, uma conexão muito mais dinâmica do que naquelas áreas fronteiriças de que fala esse autor.

Os escravos brasileiros não ignoram as medidas que haviam sido tomadas na França, após a Revolução Francesa, inclusive abolindo a escravidão, medida que seria revogada em relação às suas colônias. Como diz Vicente Salles – quem melhor estudou o assunto:

20 TAVARES Bastos. A Província. 2. ed. São Paulo, Nacional, 1937. p. 243-4.

21 Idem, *ibidem*.

Os negros do Pará não ignoraram os sucessivos períodos da história da escravidão nos domínios franceses da Guiana mas somente após a Cabanagem, quando se refaz o regime da escravidão que a revolução popular havia desorganizado, procuram fugir mais frequentemente naquela direção. Antes só o faziam em casos extremos, pois lá seriam melhor tratados do que aqui. Sabendo agora da inexistência da escravidão naquela colônia, o Amapá começou a exercer forte atração para os negros das senzalas paraenses²².

Um jornal da época, *O Velho Brado Amazonense* – citado por Vicente Salles – registra o fato da seguinte maneira:

De há pouco tempo a esta parte que em todas as conjunções da lua se notava em Macapá o desenvolvimento de escravatura em grupos de cinco, dez e até doze indivíduos; porque semelhante deserção crescesse, despertaram curiosidade e interesse dos respectivos senhores para descobrirem o modo por que tais fugas se praticavam, e o destino que tomam os fugitivos; e feitas todas as pesquisas a respeito descobriu-se que os escravos se evadiam costa abaixo, para irem demandar o Mapá, e daí buscarem guarida em terras de Caiena²³.

O número dos negros que fugiam para se livrarem do trabalho escravo era cada vez maior. Com isso, porém, não se conformaram os seus senhores, que começaram a pedir providências contra o fato. Não obstante, esses quilombos e essas fugas não foram suficientemente combatidos pelos representantes do poder, “talvez receosos de uma ação direta trazer problemas diplomáticos”²⁴.

No entanto, os proprietários de escravos daquela cidade não se conformaram com essa posição do governo e reuniram a Câmara Local, Câmara do Conselho e delegados, mais pessoas importantes interessadas no assunto. Deliberou-se, então, que

22 SALLES, Vicente. *O negro no Pará*, cit., p. 208.

23 Apud SALLES Vicente. *O negro no Pará*, cit., p. 223.

24 Apud SALLES, Vicente. *O negro no Pará*. op. cit. p. 223.

para atalhar o mal, convinha sem demora postar, na embocadura do Macapá uma barca guarnecida de força armada, que obstasse ali o ingresso de escravos brasileiros enquanto se dava parte a presidência, e esta dava as providências convenientes como lhe cumpria e porque não havia dinheiros públicos para sustentar o destacamento. contribuíram os cidadãos presentes: aprestou-se e partiu a força para o seu destino, e participou-se o acontecimento o Exmo. Presidente da Província²⁵.

Os senhores de escravos haviam inclusive se antecipado às medidas governamentais para impedir a fuga dos escravos. O governador respondeu que não reprovava a medida, mas sim a forma como fora feita e designou um destacamento de soldados e uma barca para substituir aqueles que haviam sido enviados antes

Mas, nem com essas medidas as fugas terminaram. Pelo contrário. A França jogava com um trunfo importantíssimo: dar guarida aos escravos fugidos, como pretexto para criar na fronteira uma área litigiosa que pudesse justificar uma possível expansão territorial francesa

As autoridades de Caiena instruíam os mocambeiros enviando, inclusive, emissários para convencê-los do que deviam fazer.

Finalmente, em 1885, apenas poucos anos antes de a Abolição ser decretada no Brasil, deu-se o episódio conhecido como o da *República do Cunani*.

Utopia de quilombolas e marginalizados

Os quilombolas, juntamente com elementos marginalizados, fugitivos da Justiça ou bandoleiros que se encontravam refugiados, resolveram proclamar a *República do Cunani*. Seu território estendia-se do Oiapoque ao Araguari, tinha cerca de 600 habitantes e nasceu de um núcleo de escravos

25 Ibidem.

fugidos. Outros foragidos da Justiça, ao saberem de sua criação, engrossaram ainda mais sua população. Convém notar, como informação complementar, que muitos de seus líderes haviam participado da Cabanagem. Aliás, seus ex-participantes (referimo-nos a seu componente plebeu) tiveram atuação muito dinâmica e permanente em movimentos assimétricos (banditismo político) na região amazônica, durante muito tempo.

Apesar de ter sido formada, de um lado, pela necessidade que os escravos fugidos, marginais e camponeses perseguidos sentiam de se agrupar em um núcleo de resistência social, dando um sentido organizacional a essa necessidade, mas, de outro, em consequência dos interesses das autoridades da Guiana Francesa, o certo é que a *República de Cunani* foi uma utopia libertária que nasceu das condições concretas em que os quilombolas e demais segmentos marginalizados se encontravam naquela região.

Unidos aos *regatões* (pequenos comerciantes itinerantes que percorriam o interior do Amazonas), com eles fazendo negócios, chegaram a aclamar como seu presidente, o novelista francês Jules Gros, que residia em Paris e que, na própria capital francesa, escolheu seu ministério

Logo depois, porém, foi assinada lei pelo presidente da Província, Domingos Antônio Rayol, ordenando sua destruição, o que foi conseguido depois de sucessivas expedições

Quilombolas, colonos e mascates

Na última fase da escravidão, vários fatos significativos se verificam no Brasil, no sentido de substituir-se a mão-de-obra cativa pelo trabalhador assalariado. Um deles foi a política deliberada de se trazer o europeu, apresentado por toda uma política protecionista como superior ao negro. O número de imigrantes que somente São Paulo absorveu em suas fazendas de café e demais formas de atividades comerciais e/ou industriais, de 1827 a 1899 eleva-se a 940 684. Esses imigrantes foram injetados no mercado de trabalho. Número bem maior do que

o total de escravos beneficiados com a chamada Lei Áurea, em 1888.

A chegada dessa mão-de-obra livre e a existência de uma grande escravidão em São Paulo, em áreas onde os quilombos sempre existiram como ameaça especialmente, Campinas, Itu, Limeira, São Carlos, conforme já vimos, criaram mecanismos de defesa da classe senhorial, pois aliança desses dois segmentos explorados – imigrantes e escravos – seria fatal ao sistema, segundo pensavam.

O medo era uma constante entre os possuidores de escravos. Daí haver uma vigilância muito grande para não permitir essa união e mesmo o estímulo à animosidade entre colonos estrangeiros e escravos.

As autoridades estavam vigilantes: Em 1865, escrevia o delegado de polícia de Campinas ao presidente da Província uma carta na qual dizia:

A escravatura deste município é copiosa, as fazendas estão amontoadas todas, umas nas vizinhanças das outras e em um pequeno número de fazendas assim reunidas, pode-se levantar, com facilidade, uma força de 2 000 escravos, o que é bastante para assolar população quase sem meios de defesa. Pondero a V. Exa., que nesta cidade, há muita gente de classe baixa que se liga com a escravatura, dizendo-lhes coisas que podem ser fatais, por exemplo, que a Inglaterra e o Paraguai protegem os escravos e que os paraguaios nos declararam guerra para libertá-los da escravidão. Entre os indivíduos que assim procedem figuram principalmente alguns portugueses, vendeiros e carcamanos italianos que percorrem as ruas desta cidade e mesmo as fazendas com vários objetos de latas nas costas. Acredito que essa gente baixa, senhores de vendas, assim procedem não por desejo de uma insurreição mas por quererem ganhar-lhes a simpatia a fim de mais barato comprar os seus roubos. Como quer que seja, os efeitos são os mesmos. Tenho preso um italiano por ter sido encontrado no meio de vários escravos discorrendo sobre os motivos da guerra e sobre a liberdade da escravatura, estou

processando-o por isso²⁶.

Esse exemplo de italiano preso ou discriminado e perseguido por ajudar e pregar a libertação dos escravos não é, porém, isolado:

Durante a campanha da Abolição – escreve José Artur Reis– os mascates italianos foram agentes ativíssimos na libertação dos escravos. Sabemos que essa profissão, hoje quase toda monopólio dos sírio-libaneses, era um dos primeiros degraus galgados pelos italianos que não desejavam submeter-se ao regime das fazendas, nem tinham capitais suficientes para se estabelecerem nas cidades. Nessa qualidade penetravam os mais longínquos recantos do país, principalmente no interior do Estado de São Paulo, estabelecendo relações de intimidade com seus fregueses cuja vida conheciam nas menores minúcias. Os “italianos”, conta-nos Eduardo Prado, “sempre foram partidários entusiastas da Abolição. Era o pequeno mercador ambulante, o mascate italiano que atravessava a plantação, punha-se em contato com os negros anunciando-lhes a hora próxima da libertação; contava-lhes os esforços de amigos desconhecidos que trabalhavam pela causa dos escravos. Às vezes aconselhava a estes que deixassem as plantações, mas afastava-os de toda ideia de crime e violência contra os seus senhores”²⁷.

No entanto, nem tudo era tão conciliador como afirma o autor citado. Em 1884, o coronel Francisco Félix da Rocha Martins, o capitão Antônio Henrique da Fonseca e um italiano de nome Nicolau Chohfi foram intimados a deixar Jacareí por grupos armados, por terem aconselhado os escravos a matarem seus senhores. Em Limeira, foi preso Filipe Santiago, que se encontrava nas matas próximas para “mal aconselhar escravos contra os seus senhores” e, em 1887 os senhores de escravos

26 Apud COSTA, Emilia Viotti da. *Da senzala à Colônia*. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1966, p. 303.

27 Reis José Artur. *Aspectos políticos da assimilação do italiano no Brasil*. São Paulo, Ed. da Escola de Sociologia e Política. 1959. p. 24.

campineiros queixavam-se de indivíduos que incitavam os cativos a fugirem.

É nesse clima que o senador Vergueiro inicia sua experiência, querendo alternar o trabalho assalariado com o escravo. Mas, o sistema de parceria de Vergueiro era incompatível em sua essência, porque não podia equiparar o trabalhador assalariado ao escravo, pois, numa sociedade escravista, para se estabelecer a taxa média de lucro, o trabalho chamado livre teria de ser remunerado no mesmo nível monetário gasto pelo senhor com o escravo, por igual serviço. Isso, ao invés de elevar o trabalho do escravo ao nível do trabalhador livre, pelo contrário, rebaixava deste último ao nível de uma semiescavidão.

Daí uma série de contradições entre colonos suíços e a administração da fazenda, contradições que culminaram com a organização, por parte do professor contratado para ser o mestre-escola da Colônia, Thomas Davatz, de uma revolta contra as condições a que estavam submetidos.

Como não é nosso propósito neste trabalho contar a história dessa revolta de colonos, vamos analisar a forma através do qual a classe senhorial via a possibilidade ou melhor “o perigo” da união entre esses colonos explorados e em estado de revolta e os escravos da região²⁸.

Colonos: aliados dos comunistas e dos quilombolas

É nessa sociedade dividida por questões estruturais de interesses antagônicos entre senhores e escravos, com uma população cativa habituada a fugir do controle da classe senhorial, que o senador Vergueiro tenta a instalação dessa experiência de trabalho de parceria. As professoras Jeanne

28 Sobre essa colônia e a revolta, ver DAVATZ, Thomas. Memórias de um colono no Brasil. 2. ed. São Paulo, Martins, 1951. Ver também a longa introdução de Sérgio Buarque de Holanda.

Berrance de Castro e Julita Maria Leonor Scarano informam que

a campanha abolicionista, o medo do “haitianismo”, as fugas organizadas e a ativa propaganda agravaram a situação dos proprietários. As sucessivas levas de imigrantes para as Província paulista possibilitou que fosse contornada a crise econômica que iria atingir algumas áreas do país²⁹.

Nesse contexto, duas alternativas apavoraram os senhores de escravos: “o fantasma do comunismo” que assolava a Europa e a junção dos colonos oprimidos com os quilombolas. A documentação dessa particularidade é interessante. Em carta de José Vergueiro, apresentando ao conselheiro Nabuco de Araújo a exposição de seu pai, senador Vergueiro, dirigida ao vice-presidente da Província, sobre as ocorrências em Ibicaba, lê-se que os colonos.

declaram que contam com o apoio firme da escravatura que se unira a eles apenas dado o grito da liberdade, e que além disso, chamarão a si porção de nacionais descontentes oferecendo a esses os mais altos empregos dessa República que imaginam [...] Tomarão para centro de operações a nossa colônia, como oferecendo mais garantias de forças, recomendando a todas as mais não darem a conhecer suas intenções a fim de não serem de pronto suplantados, e poderem obrar no momento decisivo [...] Observo mais a V. Exa., que o distrito de Campinas dista poucas léguas, e nelas o número de escravos excede a vinte mil e estes por várias vezes já tentaram um movimento qualquer.

Depois de enumerar as providências que achava fossem necessárias para preservar a ordem pública, solicita o envio, em segredo, de um batalhão de linha com a “brevidade possível”.

29 CASTRO, Jeanne Berrance & SCARANO Julita Maria Leonor A mão-de-obra escrava e estrangeira numa região de economia feira Rio Claro, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Rio Claro, 1971. mimeo.

Conclui dizendo que, “com isto evitará muitas desgraças e ganhará sumo crédito”³⁰.

O próprio senador Vergueiro, autor da experiência de Ibicaba, não fica atrás do que fora dito anteriormente pelo seu filho. Diz que Davatz, através de clubes secretos

procurando fervorosamente persuadir os princípios comunistas, talvez inspirados por Oswald e ativando sua correspondência com todas as colônias para unilas todas a execução do seu pensamento [...] Os planos que se tem podido colher dos ditos do mestre escola e dos seus aderentes é estrondoso e impossível de levar a efeito, mas a tentativa pode produzir grandes males. Dizem que podem reunir todos os suíços, todos os colonos alemães e grande parte dos escravos cuja sorte é pior do que a deles e também alguns brasileiros descontentes, esperando por em armas 5 000 combatentes com que podem senhoriar-se desta província e que depois republicanizarão o Brasil³¹.

Evidentemente, há muito exagero no perigo de *haitianização* do movimento dos colonos suíços em Ibicaba, como na possibilidade de sua união com os quilombolas. O que não se pode negar o pavor da classe senhorial ao pressentir qualquer movimento que significasse mudança social na estrutura da sociedade escravista. Convém notar que o *Manifesto comunista de Marx e Engels* foi publicado em 1848 e, já em 1857, os responsáveis pela experiência de Ibicaba referem-se ao “fantasma do comunismo” e a possibilidade desse perigo unir-se às lutas dos quilombolas no Brasil.

Aliás, esse paralelo continuará. Quando da votação da Lei do Ventre Livre, em 1871, o gabinete Rio Branco era acusado de “governo comunista, governo do morticínio e do roubo”. Segundo Rui Barbosa, certo deputado dissera que o gabinete Rio Branco havia desfraldado as velas por um “oceano onde voga também o navio pirata denominado “A Internacional”.

30 Documentos inéditos, transcritos por DAVATZ, Thomas. *Memórias...*, cit.

31 Ibidem.

Outras conexões internacionais podemos levantar e/ou conjecturar, mas isso exige pesquisas a serem feitas no particular.

Marinheiros americanos embarcam quilombolas

Sobre a conexão de quilombolas brasileiros com civis norte-americanos, temos referências do contato havido entre eles e membros ou tripulantes de navios dos Estados Unidos, em Santa Catarina. Esses tripulantes recolhiam os quilombolas para os navios, a fim de darem fuga aos mesmos, colocando-os fora da possibilidade de serem recapturados.

Walter Piazza aborda o assunto e transcreve documentos para a compreensão de tão importante questão, O primeiro é o seguinte:

Vivendo eu na Caieira, distrito de São Miguel, estabelecido com negócio, sofri ultimamente 45 dias de prisão, por ter sido falsamente indiciado por meu vizinho e inimigo Manuel Moreira da Silva Júnior, como aliciador de escravos para fugir em navios americanos que ali ancoram, vindo da pesca de baleias. Fui processado pelo Dr Juiz municipal do termo por denúncia do promotor público, mas, felizmente, a minha inocência foi reconhecida, e não fui pronunciado, sendo somente o americano Carlos Arther, o qual também em grau de recurso, foi despronunciado, sendo nas razões de recurso, feitas pelo advogado dessa capital o Sr. Manuel José de Oliveira, luminosamente discutido que não havia crime por falta de provas, e além disso, pela razão de que não sabendo esse indivíduo remar em canoas, estava verificada a impossibilidade de poder dar passagem a esses escravos fugidos. (ass) – Francisco José da Silva Biggs³².

Comentando essa forma de evasão de escravos, o mesmo autor assim se expressa:

32 PIAZZA, Walter. *O escravo numa economia mifundiária*. São Paulo: Resenha Universitária/Udesc, 1975. p.118.

O presidente da Província entendeu-se com o Cônsul dos Estados Unidos por causa desse sistema de evasão de escravos, pois, naquela data, o baleeiro americano Highland Mary of Say Harbor – isto em 15 de maio de 1868 – que “achando-se fundiada no ancoradouro de Santa Cruz saiu pouco tempo depois”, recolhendo “a seu bordo sete escravos aliciados para fugir por outro escravo, chamado Frutuoso, que se achava a bordo, e que havia dois anos fugira da mesma maneira”. Para perseguir o baleeiro americano, o Presidente da Província “ordenou ao comandante da canhoneira Henrique Dias desse caça ao brigue, mas este não foi encontrado”³³.

Como vemos, várias foram as conexões internacionais da quilombagem. Quando uma pesquisa sistemática for feita sobre este assunto, temos certeza de que os seus resultados serão surpreendentes. De qualquer forma, nas proporções deste livro, damos as primeiras indicações para um aprofundamento futuro.

33 Idem.ibidem.

VOCABULÁRIO CRÍTICO

Bacalhau: chicote de cinco pontas com que era açoitado o escravo fugido ou que praticava alguma desobediência ao senhor. O transgressor era comumente amarrado ao pelourinho ou a um tronco de madeira com as nádegas nuas e açoitado publicamente. O número de açoites variava de acordo com o nível de desobediência ou gravidade da fuga.

Bastilha: uma das prisões francesas derrubada durante a Revolução. Neste livro, o termo se refere a um ajuntamento de negros que fugiam ao cativeiro. A denominação é particular ao Estado do Rio de Janeiro.

Caifás: membro da ordem organizada por Antônio Bento, em São Paulo, que mandava os negros fugidos para o quilombo do Jabaquara ou para outros locais seguros.

Capitão-do-mato: indivíduo profissional na caça aos escravos fugidos ou aquilombados. Recebiam uma quantia variável por *peça* recapturada. Eram quase sempre mulatos.

Cumbe: ajuntamento de negros fugidos durante a escravidão na Venezuela, correspondente, portanto, ao nosso quilombo.

Quilombo: ajuntamento de negros em região não-habitada. O mesmo que mocambo. Esse tipo de organização existiu durante toda a escravidão no Brasil, tendo sido Palmares o maior.

Outros também foram importantes como o do Ambrósio, em Minas Gerais.

Quilombola: morador de quilombos no Brasil. Muitos deles não eram obrigatoriamente negros, pois havia índios e brancos foragidos entre seus habitantes.

Marron (negro): era o escravo fugido em Cuba e na Colômbia. Palavra de origem incerta, há quem a atribua ao termo *cimarron*, designando, originariamente, aqueles animais, como o porco, que de domésticos voltavam a ser selvagens.

Palenque: o mesmo que quilombo ou mocambo na Colômbia e em Cuba.

Rancheador: termo correspondente a capitão-do-mato no Brasil. Esses perseguidores de escravos em Cuba usavam cachorros amestrados na sua captura.

Tumbeiro: navios negreiros que transportavam de diversas partes da África os escravos para o Brasil. Chegavam a trazer quatrocentos negros em uma viagem, mas a mortalidade era enorme, acontecendo chegar ao porto de destino somente metade da carga. Esse tráfico durou até pouco depois de 1850, quando foi proibido pela Lei Eusébio de Queirós.

BIBLIOGRAFIA COMENTADA

APTHEKER, Herbert. *American slave revolts*. New York, Inst. Publischer Co. Inc. 1952.

Levantamento rigoroso e detalhado das revoltas dos escravos negros nos Estados Unidos, dando nos uma visão precisa desses conflitos. Apoiado em vasta documentação histórica e trabalhando sobre documentos inéditos, o autor repõe nos seus devidos termos as proporções das lutas dos escravos naquele país.

CARNEIRO, Édison. *O quilombo de Palmares*. São Paulo, Brasiliense, 1947.

Obra pioneira, que abriu caminho para todos aqueles que quiseram fazer uma revisão crítica da realidade palmarina. Análise objetiva e precisa, recoloca em primeiro plano certas questões ainda duvidosas na época, como o suicídio de Zumbi, e enriquece a edição com diversos documentos do tempo de Palmares. O livro teve mais duas edições, além da que estamos citando. O texto, porém, é basicamente o mesmo da primeira, nos seus rasgos fundamentais.

FOUCHARD, Jean. *The Haitan Marrons; liberty or death*. New York, Edward W. Byden, 2981.

Trabalho sistemático sobre as lutas dos escravos negros no Haiti. Analisa pormenores dessas lutas até a independência da ilha. Indispensável para quem desejar aprofundar-se no assunto, especialmente no que diz respeito ao nível de influência da revolução do Haiti nos negros escravos do Brasil.

FREITAS, Décio. *Palmares; a guerra dos escravos*. 5.ed. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1984.

O mais completo, sistemático e atualizado trabalho sobre a República de Palmares. O autor, conhecedor de documentos inéditos sobre Palmares, reescreve sua realidade com dados esclarecedores sobre sua estrutura interna, especialmente sobre *o grupo família*, as técnicas agrícolas e a estrutura administrativa.

LIMA, Lana Lage da Gama. *Rebeldia negra e abolicionismo*. Rio de Janeiro, Achiamé, 1981.

Trabalho bem elaborado sobre os mecanismos diversos que impulsionaram a luta pela Abolição no Brasil, destacando, em primeiro plano, as revoltas dos escravos negros. Tem uma parte importantíssima sobre a última fase da escravidão no Rio de Janeiro.

LUNA, Luiz. *O negro na luta contra a escravidão*. 2. Ed. Rio de Janeiro, Cátedra; Brasília, MEC, 1976.

Livro bastante informativo, apoiado em fontes secundárias e que dá uma visão geral bastante satisfatória do que foram as lutas dos escravos no Brasil. Em linguagem muito clara, o livro tem, entre outros méritos, o de fugir à linguagem rebarbativa de muitos historiadores que tratam o assunto.

MOURA, Clóvis. *Rebeliões da senzala*. 3 ed. São Paulo, Ciências Humanas, 1981.

Para Nelson Werneck Sodré é a “primeira tentativa sistemática de estudo da massa escrava e de seus movimentos de rebeldia, dissipando preconceitos e apresentando o quadro à luz de novos critérios.”

PRICE, Richard, org. *Marron societies; rebel slave communities in the Americas*. 2.ed. Baltimore and London, The John Hopkins University Press, 1972.

Antologia pela qual se tem uma visão abrangente e profunda das lutas dos escravos negros nas Américas e em vários capítulos são descritas comunidades de escravos fugidos. Há um capítulo sobre o Brasil, escrito por Stuart B. Schwartz.

SALLES, Vicente. *O negro no Pará*. Rio de Janeiro, FGV/UFPA, 1971.

O melhor trabalho já aparecido sobre o negro na região amazonense e sobre a sua participação como agente social coletivo, retratando a rebeldia do escravo negro inclusive durante a Cabanagem. Indispensável ao conhecimento da quilombagem no Brasil.

A ESCRITA, O TEMPO E SUAS RESISTÊNCIAS...

Então, o problema do negro tem duas etapas, a meu ver. A primeira é a atual. A segunda etapa é a das lutas dos negros, que constitui a massa brasileira, juntamente com curibocas, com mamelucos, com todos os explorados, inclusive com todos os brancos pobres também, para se desestruturar e quebrar esse modelo de sociedade brasileira. Essa segunda etapa é, de fato, a etapa revolucionária, que o negro tem que assumir.¹

No ano de 2017, o Projeto de Extensão *Nas Trilhas de Clóvis Moura: história e memória do Campus e do Intelectual*, de nossa autoria, teve, como uma de suas propostas, a Criação e a Instalação do “Memorial Clóvis Moura”, no campus universitário da Universidade Estadual do Piauí – UESPI, localizado no bairro Itararé, zona sudeste da cidade de Teresina, Piauí.

O campus completava quinze anos de existência naquele, visto que foi efetivamente implantado no ano de 2002. Em sua relação intrínseca com a História, a memória assume o papel de retenção do tempo, evitando o esquecimento e a perda.

1 Entrevista concedida à Revista Movimento da União Nacional dos Estudantes, no ano de 1981. Disponível em: < <https://www.geledes.org.br/nacao-afro-brasileira-entrevista-com-clovis-moura/> >.

Partindo desse pressuposto, o projeto pretendia repensar a história e a memória do campus. Aquele espaço universitário leva o nome de Clóvis Steiger de Assis Moura, que foi um sujeito de múltiplas facetas: importante jornalista, sociólogo, historiador e escritor. Nasceu em 10 de junho, de 1925, na cidade de Amarante, Piauí. Faleceu no dia 23 de dezembro, de 2003, na cidade de São Paulo. O campus é conhecido somente por Campus Clóvis Moura. Alguns, tanto na comunidade em seu entorno quanto na população da capital piauiense, apenas o conhecem como a “UESPI do Dirceu”. Nesse sentido, o projeto teve a pretensão de realizar atividades que (re) visitassem a história e a memória daquele que empresta seu nome ao campus, bem como do próprio campus naqueles quinze anos de funcionamento.

Como o apoio da Coordenação do Curso de História, da Direção do Campus – em especial com a atuação do então Diretor, Professor Renê Pedro de Aquino, e de toda a Administração Superior da UESPI, o “Memorial Clóvis Moura” foi inaugurado, com exposição de fotografias, imagens, textos, livros, revistas e jornais sobre a vida e obra de Clóvis Moura, dispondo também de lugares para leitura e estudos. O “Memorial Clóvis Moura” é um esforço pela História e pela Memória, do intelectual e do campus. Mas vai além disso, pois é a resistência pela história e memória dos negros e pelas lutas da população do bairro em que o campus está instalado. O Memorial se constitui, assim, como lugar de memória. Por esse diapasão, “só é lugar de memória se a imaginação o investe de uma aura simbólica [...] só entra na categoria se for objeto de um ritual”².

O “Memorial Clóvis Moura” se insere nessa dimensão simbólica, como um ritual, pois permite que alunos, professores, técnicos daquele campus universitário, bem como toda a comunidade do bairro, possam ter acesso a informações sobre aquele cujo nome batiza o prédio da instituição. É simbólico, porque faz lembrar que todos os que hoje têm os direitos

2 NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*. São Paulo: PUC-SP. N° 10, 1993, p. 21.

mínimos ao ensino superior público devem, em larga medida, às lutas que foram, e são, travadas por homens e mulheres negros que foram responsáveis e contribuidores para a construção de um presente-futuro menos truculento e desigual.

A inauguração, que ocorreu no dia 12 de junho de 2017, contou com o descerramento da Placa do Memorial e com atividades ao longo do dia, culminando com a Palestra de Encerramento, proferida pelo Prof. Dr. Marcelo de Sousa Neto, docente do Curso de História daquele campus e autoridade nas pesquisas sobre a história do bairro e do próprio campus. Atualmente, o Professor Marcelo de Sousa Neto é o responsável pelo projeto da reedição da obra de Clóvis Moura, na condição de Diretor da Editora da UESPI – EdUESPI.

Quilombos: resistência ao escravismo foi e é, por situações e questões variadas no tempo e no espaço, uma leitura indispensável para especialistas e não especialistas sobre o tema da cultura e dos movimentos negros no Brasil. Em um momento em que o mundo luta e levanta a bandeira de que “vidas negras importam”, é fulcral retomar e aprofundar as discussões sobre as raízes das violências sociais, políticas, econômicas e culturais que massacram e dizimam a pessoa negra.

Os seis capítulos de *Quilombos: resistência ao escravismo*, além de apresentar caracterizações e conceitos sobre quilombos e as relações de poder e de resistência, suscitam o debate sobre o escravismo no âmbito dos acontecimentos políticos, econômicos, culturais, sociais e religiosos. Sem perder de vista as conexões nacionais e internacionais sobre a condição do homem negro escravizado, o livro configura-se como aporte historiográfico e sociológico. Para Clóvis Moura, “o quilombo é a forma preferida de rebeldia”. Pelo o que o estudioso discute, seria pertinente dizer que, pelas condições de muitos negros, o quilombo era a única forma de rebeldia e de resistência. Lutas que se espalharam pelo território brasileiro, com destaque para Bahia, Sergipe, Pernambuco, Alagoas, Paraíba, Maranhão, Pará, Rio de Janeiro e São Paulo.

O vocabulário crítico, apresentado ao final do livro, é um indício dos inúmeros conceitos que seriam ampliados,

compondo o livro póstumo *Dicionário da Escravidão Negra no Brasil* (2004), cujos verbetes são um verdadeiro tratado sobre a escravidão e sobre a cultura negra. O livro foi concluído graças à supervisão final de sua filha, Soraya Morua. Clóvis Moura sempre teve a preocupação com os conceitos, pois, em sua atuação como pesquisador e como intelectual, defendeu que não se pode exigir modificações nas práticas e discursos sem antes fornecer a todos os devidos esclarecimentos, o que perpassa, em larga medida, pelo entendimento dos conceitos básicos. Para Clóvis Moura, os números e a distribuição dos negros escravizados pelo território nacional “determinaram a especificidade do escravismo brasileiro em relação aos demais países da América do Sul e mesmo em relação aos Estados Unidos”.

Clóvis Moura vivenciou, durante toda a sua trajetória, a Práxis, pois soube equilibrar e aplicar teorias e práticas, todas voltadas para a luta e para a resistência da cultura e do povo negro. Clóvis Moura era um quilombola, não no seu sentido conceitual primeiro, mas em sua concepção ampla, pois buscou dar voz aos negros e às suas histórias. Vale lembrar o que disse Clóvis Moura sobre o papel da História nessas resistências da escrita e do tempo, pois “existe uma História que não é contada, e nela estão os heróis que temos de mostrar que existem. Nós temos necessidade de rever essa História e recolocar no seu devido lugar os heróis da plebe”³.

Clóvis Moura, em *Quilombos: resistência ao escravismo*, lembra que, em 1741, a Metrópole, para combater as resistências e revoltas dos negros nos quilombos, determinou o cumprimento severo de leis e alvarás que castigavam os insurretos. Uma das ações era marcar a testa do negro com um ferro em brasa, com a letra “F”, para que todos vissem que se tratava de um fujão. Séculos se passaram, e as “marcas” ainda permanecem, por meio de um racismo estrutural, com atitudes, falas e comportamentos que excluem, punem e matam homens

3 Entrevista concedida à Revista Movimento da União Nacional dos Estudantes, no ano de 1981. Disponível em: < <https://www.geledes.org.br/nacao-afro-brasileira-entrevista-com-clovis-moura/> >.

e mulheres negros. A obra de Clóvis Moura é uma ferramenta importante indispensável para a operação histórico-social de transformação, para que nenhum ferro em brasa, mesmo que simbólico e disfarçado, seja empunhado contra a população negra.

Essa nova edição de *Quilombos: resistência ao escravismo*, por meio da iniciativa valorosa da Editora da Universidade Estadual do Piauí – EdUESPI, mostra que a escrita pautada na pesquisa científica alcança temporalidades e espacialidades várias. A publicização desse livro é a esperança de que a resistência do povo negro ganhe cada vez mais adeptos, defensores e resultados, para a transformação social e histórica da realidade. A postura revolucionária não é tarefa unicamente do negro, mas de todo e qualquer cidadão, cuja consciência histórica passa, também, pela revisitação à obra de Clóvis Moura. Ele, em sua competência e generosidade intelectual, ansiava por mais pesquisas sobre a temática, deixando claro que, “nas proporções deste livro, damos as primeiras indicações para um aprofundamento futuro”. Seguindo as suas indicações, é que se deseja que essa nova edição possa frutificar, com novos estudos, novas abordagens e, sobretudo, com a transformação social no que tange à valorização da cultura e da história dos negros.

Teresina-PI, 08 de janeiro de 2021.

Pedro Pio Fontineles Filho⁴

4 Professor Adjunto do Curso de História da Universidade Estadual do Piauí – UESPI/CCM. Coordenador do Memorial Clóvis Moura – UESPI. Professor do PROFHISTÓRIA/UESPI. Professor do PPGHB/UFPI.



editora.uespi.br



Editora e Gráfica - UESPI

ISBN: 978-65-88108-22-2



editora.uespi.br



Editora e Gráfica - UESPI